



Rafael Lima Alves de Souza

No coração da Urbe:
política, cultura e memória no Rio de Janeiro de
Henrique Dodsworth
(1937-1945)

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em História Social da Cultura, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Margarida de Souza Neves

Rio de Janeiro
Outubro de 2009



Rafael Lima Alves de Souza

No coração da Urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Margarida de Souza Neves

Orientadora
Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Departamento de História
PUC-Rio

Profª. Marly Silva da Motta

Pesquisadora
CPDOC/FGV

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rafael Lima Alves de Souza

Graduou-se em História pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2006. Desenvolveu pesquisas na área de escravidão no Brasil colonial e Questão Racial no Brasil atual.

Ficha Catalográfica

Souza, Rafael Lima Alves de.

No coração da urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945) / Rafael Lima Alves de Souza; orientadora: Margarida de Souza Neves. – 2009.

97 f. ; 30 cm

1. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Dodsworth, Henrique. 4. Rio de Janeiro. 5. Reformas urbanas. 6. Cidade. 7. Urbanismo. 8. Memória. I. Neves, Margarida de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Na insistente busca por aquilo que me completa, como se estivesse partido ao meio, tive a felicidade de experimentar bons encontros ao longo da trajetória de escrita deste trabalho. Alguns desses foram, na verdade, reencontros. Outros ainda, desencontros. Mas é do ponto onde esses acasos coincidem e tecem a linha da vida que eu gostaria de agradecer às pessoas que a dotam de sentido.

Aos meus pais, Ligia, Lucio, Neide e Ledi, pelo apoio incondicional, incentivo e confiança. De perto ou de longe, mais uma vez, vocês foram fundamentais.

Aos meus familiares Leila, Larissa e Gabriel que, direta ou indiretamente, são meu elemento motivador.

À Josiane Roza de Oliveira por ter me cuidado os primeiros passos, por ter me ensinado a me tornar um pouco mais eu mesmo, e me mostrado como é bom se deixar levar. Foi com você que eu me encontrei com Rio pela primeira vez e, ao mesmo tempo, que me perdi pelas ruas das cidades por onde passeamos apenas pelo prazer de sentir. Rio, São Gonçalo, Niterói, Friburgo, Arraial do Cabo, Curitiba, Chapecó, Petrópolis... Em minha cartografia afetiva, você está inscrita em todas elas.

À Renata Soares, amiga-irmã que me acompanha desde a graduação, pela compreensão e carinho, pelos muitos bate-papos e pelo apoio em momentos difíceis.

Ao amigo Felipe Moura pelas demonstrações de afeto e companheirismo e pelas conversas entrecortadas por gargalhadas, a nos lembrar que não se deve levar a vida tão a sério.

Aos muito gentis Diana e Astro, presentes para o que der e vier, pelas prazerosas e acolhedoras reuniões regadas a violão, história, geografia e bobagens. Aos amigos Tiquinho pelas palhaçadas e por compartilhar sua sensibilidade de poeta, Julio Cesar pelos sambas e botequins, Tatiana Almeida pelos precisos elogios em momentos necessários e Fernanda Crespo pelo sopro colorido de vida.

Aos colegas Amanda Danelli Costa e Leonardo de Carvalho Augusto pela acolhida na PUC, pelos bons momentos juntos e pelas trocas acadêmicas. Vocês estão em muitas linhas desse trabalho.

À minha orientadora Margarida de Souza Neves, pelo estímulo, confiança e parceria.

Aos professores Marcelo Jasmim pela solicitude ao acompanhar o início deste projeto, e Antonio Edmilson Rodrigues pelos valiosos ensinamentos sobre Rio de Janeiro.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais esse trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Souza, Rafael Lima Alves de. Neves, Margarida de Souza. **No Coração da Urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945)**. Rio de Janeiro, 2009. 97p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Entre os anos que coincidiram com o Estado Novo (1937-1945), a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passou por diversas e profundas reformas urbanas que a transformariam de maneira monumental. Promovidas pelo prefeito Henrique Dodsworth através da Comissão do Plano da Cidade, órgão vinculado diretamente à Secretaria de Viação e Obras, as intervenções tinham como objetivo a modernização da cidade, encarada como uma simples projeção, em escala maior, do presente no futuro. Sua justificativa era embasada pela apropriação dos preceitos do urbanismo como discurso legítimo e científico sobre a Cidade. Por outro lado, Dodsworth construía uma memória política que o ligava a uma tradição de prefeitos que remontava, pelo viés tecnicista, à Pereira Passos e, dessa forma, também concorria para sobrepor o nacional ao local, o Distrito Federal à cidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar o Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth sob o prisma de uma dupla intervenção, política e urbanística, e assim tentar captar seus efeitos na dinâmica da urbe carioca.

Palavras-chave

Henrique Dodsworth; Rio de Janeiro; Reformas Urbanas; Cidade; Urbanismo; memória.

Abstract

Souza, Rafael Lima Alves de. Neves, Margarida de Souza (Advisor). **Into the Urban's Heart: politic, culture and memory in Henrique Dodsworth's Rio de Janeiro (1937-1945)**. Rio de Janeiro, 2009. 97p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Between years that coincide with the Estado Novo (1937-1945), the city of Rio de Janeiro, at that time Federal District, passed by several and deep urban reforms that would transform it in a monumental way. They were promoted by Henrique Dodsworth through *Comissão do Plano da Cidade*, an organ tied directly to *Secretaria de Viação e Obras*. The interventions were in order to promote the modernization of the city, treated as a simple projection, in a bigger scale, of the present into the future. Its justification was based by the appropriation of the urbanism's precepts as a legitimate and scientific speech of the City. On the other hand, Dodsworth constructed a political memory that linked him to a mayor's tradition back to Pereira Passos in a technicist bias and, in this way, he also applied for overlapping the national sphere to the local one, the Federal District to the city. The present work intends to analyse the Rio de Janeiro of Henrique Dodsworth by the prism of a double intervention, political and urbanistic ones, and it tries to capture its effects in the carioca's urbs dynamic.

Keywords

Henrique Dodsworth; Rio de Janeiro; Urban Reforms; City; Urbanism; Memory.

Sumário

1 Introdução	9
2 A “velha roupa colorida”: os embates entre Distrito Federal e cidade.	15
2.1. Em busca da capitalidade.	19
2.2. Autonomia X Intervenção	27
2.3. A experiência autonomista	32
2.4. a intervenção “pelas mãos de um carioca...”	35
3 “...no fundo do tinteiro das boas intenções”: urbanismo e política.	42
3.1. Algumas notas sobre a difusão do urbanismo no Rio de Janeiro.	43
3.2. “Quanta coisa a Cidade Maravilhosa está exigindo...”	51
3.3. “Não havia grita...”	57
3.4. Um título para o texto das obras.	62
4 Impressões, memórias, metáforas	69
4.1. Passeando pelas ruas da memória.	71
4.2. As ambigüidades do moderno e o cotidiano de uma cidade seminua.	76
4.3. “Como mulher petrificada”: a imagem feminina do Rio de Janeiro.	84
5 Conclusão	89
6 Referências Bibliográficas	92

1

Introdução

Apenas alguns meses antes do golpe que daria origem ao Estado Novo, Getúlio Vargas nomeava Henrique de Toledo Dodsworth como prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Carioca de nascimento, médico e bacharel em Direito, o novo prefeito, que também fora professor do Colégio Pedro II e Deputado Federal pelo Distrito Federal na Constituinte de 1933, ocuparia o principal cargo do executivo municipal em 3 de Julho de 1937, de onde sairia apenas em 3 de novembro de 1945.

Em sua administração, a fisionomia da cidade foi profundamente transformada. Entre seus principais feitos, destacam-se a urbanização da Esplanada do Castelo, a construção das avenidas Brasil e Tijuca, a duplicação do Túnel do Leme, a abertura do acesso à Praia Vermelha, o corte do Cantagalo e, principalmente, a abertura da monumental Avenida Presidente Vargas, em pleno Centro da cidade, obra que chamou muito a atenção da população e dos meios de comunicação locais. De tal maneira que, pela quantidade e grandiosidade, as obras operadas por Henrique Dodsworth constituem, de fato, um interessante motivo para levá-lo à comparação com Pereira Passos e suas reformas urbanas no início daquele século.

De toda forma, as semelhanças não param por aí, nem tampouco se justificam apenas por um movimento mnemônico que lhe é, sem dúvida, posterior. Por ser sobrinho e ter trabalhado na administração de Paulo de Frontin, “primeiro carioca a ser chamado para administrar a terra em que nasceu”¹ em 1919 e cujo governo ficaria conhecido pelas muitas obras executadas em curto espaço de tempo, a própria figura política de Dodsworth estava ligada a uma tradição de prefeitos que, sobretudo pelo viés tecnicista, remontaria notadamente ao prefeito Passos.

¹ REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. p. 71.

Vale destacar que as reformas do início do século XX tinham como pano de fundo a patente empreitada estatal para alavancar o país à condição de moderno na esteira do progresso dos países europeus considerados civilizados, tomando sua capital como espaço privilegiado para essas experimentações. Nesse sentido, mais do que mera sede político-administrativa, o Rio de Janeiro deveria ser *cidade-capital*, capaz de sintetizar em si mesma os anseios progressistas de todo o país.

Mais ainda, contudo, é importante salientar que a municipalidade pagaria por essa representação com a perda de sua própria autonomia político-administrativa e, por que não dizer, com a embaçadela de sua peculiar identidade cultural. Se, partindo da cidade em direção ao país, do local ao nacional, buscava-se a modernidade a qualquer preço, o que fez com que a imagem do Rio de Janeiro fosse refletida como o futuro que se estava em vias de alcançar para o país, o caminho inverso deixava escapar atalhos por ruas tortuosas, sinistras e ao mesmo tempo curiosas, mas certamente indesejadas pelo projeto modernizador.

Dessa forma, o fato aparentemente simples de Getúlio Vargas ter escolhido Henrique Dodsworth, em uma conjuntura específica de centralização política na segunda metade da década de 1930, já era, por si só, carregado de sentido para a história carioca. Portanto, iniciamos nossa reflexão a partir de um pano de fundo estrutural que, por sua vez, coincidia e conectava o local ao nacional.

Todavia, Dodsworth também reivindicaria especificidades para sua administração que pudessem afastá-la de uma qualidade meramente imitativa. A novidade ficaria a cargo da maneira de pensar o planejamento urbano, de experimentar a cidade. Assim, foi de fundamental importância a apropriação do urbanismo pelos técnicos da prefeitura e, nesse sentido, o restabelecimento da *Comissão do Plano da Cidade*. A partir daí, foi possível a Henrique Dodsworth marcar sua distinção em relação não somente à Pereira Passos, como ao próprio Paulo de Frontin e também a Carlos Sampaio.

A principal diferença, portanto, tinha a ver com o discurso urbanístico, segundo o qual a cidade passava a ser planejada levando em consideração sua totalidade, como se fosse um organismo, diferentemente das reformas anteriores, que fariam incidir sobre a urbe apenas algumas intervenções pontuais. Com o urbanismo, os engenheiros da prefeitura, comandados por Edison Passos, acreditavam desenhar definitivamente os traços que constituiriam não o modelo,

mas o módulo da cidade do Rio de Janeiro dali em diante. Dessa maneira, jazia sob as plantas da *Comissão* o sonho de um *futuro-presente* qualitativamente definitivo para *urbe* carioca. Também com ele, Dodsworth acreditava ir além e completar a obra iniciada por Pereira Passos.

Levando em consideração essas premissas, é importante deixar claro que nos afastamos deliberadamente de uma narrativa historiográfica cuja preocupação central seria a trajetória política do sujeito em questão, isto é, nosso foco não consiste absolutamente em historiar as realizações da prefeitura do Rio de Janeiro sob a administração Dodsworth. Antes disso, nosso objeto de investigação se justifica por aquilo que ele nos oferece em termos de entrelaçamento das dimensões temporais – passado, presente e futuro – para a história da cidade. É a partir daí que consideramos esse um momento privilegiado para se pensar a história do Rio de Janeiro.

Portanto, o Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth surge-nos como um ponto nodal capaz de amarrar, em dois níveis, elementos que concorriam para a legibilidade da cidade naquele momento. Em um nível horizontal, forjava, naquele presente, o passado e futuro da cidade. Em outras palavras, ali se (re) construía ao mesmo tempo, não sem tensão, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas*² da cidade. Por outro, em uma dimensão vertical, deparamo-nos com uma superposição hierárquica entre Distrito Federal e cidade, na medida em que se tentou vestir nesta última os curtos trajes de representação nacional. Para desenlaçar o nó e analisar melhor sua tessitura, lançamos mão de três movimentos que, embora feitos em separado, entendemos agir simultaneamente.

No primeiro capítulo, puxamos a ponta que nos leva a pensar sobre a história da cidade pelo prisma da política, levando em consideração a condição do Rio enquanto *cidade-capital*. Assim, primeiramente entramos em um debate historiográfico acerca do conceito de *capitalidade* do Rio de Janeiro que, acreditamos, permeia todo o trabalho. Grosso modo, o exercício nos permite ter em mãos um importante instrumento teórico que ressalta o papel especial do Rio em relação às demais cidades do país, embora não aprisione nosso olhar. Dessa forma, lançamos mão de uma narrativa sincrônica, que ganha sentido no diálogo entre autores lograram pensar a história do Rio de Janeiro a partir desse conceito.

Nosso foco principal, no entanto, é pensar a relação entre o local e o nacional do ponto de vista político, especialmente no período republicano, para chegarmos até a nomeação de Henrique Dodsworth para a prefeitura. Procuramos com isso apreender possíveis continuidades e rupturas do prefeito em questão com o advento do Rio de Janeiro como Distrito Federal e de seu primeiro prefeito de relevo, cuja importância a memória política carioca tratou de arranjar um lugar especial.

A questão que nos move consiste justamente na confluência entre o Rio de Janeiro enquanto cidade e enquanto Distrito Federal. Partimos do princípio de que, por mais que um se passasse pelo outro, essas suas duas faces eram distintas e, muitas vezes, seus interesses entravam em choque. A condição de Distrito Federal impunha aos políticos locais uma dinâmica de dependência de uma esfera externa aos limites municipais, ou seja, da política nacional. Isso fez com que a cultura política carioca fosse marcada pela fragmentação, o que não excluía a capacidade de mobilização, em maior ou menor grau, em torno do anseio de autonomia político-administrativa.

Nesse ponto, Dodsworth surge em uma conjuntura muito especial, após uma breve, porém inédita, experiência administrativa do Distrito Federal sob a administração de Pedro Ernesto (1931-1936). Apesar da presença marcante na política local, veremos como ele se posicionava contrariamente a autonomia do Rio de Janeiro, fazendo oposição à política ao *Partido Autonomista do Distrito Federal*, liderado pelo próprio Pedro Ernesto. Portanto, com Dodsworth no poder, fechava-se novamente a porta para a autonomia local ao mesmo tempo em que se determinavam as novas fronteiras do espaço político carioca sob a dura intervenção federal.

No segundo capítulo, concentramo-nos nas reformas feitas na *urbe*. Analisamos a apropriação do urbanismo, enquanto novo e legítimo olhar sobre a cidade, pelos técnicos da prefeitura a partir dos planejamentos da *Comissão do Plano da Cidade*. Esse órgão, criado na administração de Adolfo Bergamini para analisar aquele que teria sido o primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro, o *Plano Agache*, fora desfeito Pedro Ernesto, mas restituído por Henrique Dodsworth com o mesmo objetivo: elaborar um planejamento de conjunto para a

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio

cidade a partir de *Agache*. Para esse intento, nos utilizamos principalmente da *Revista Municipal de Engenharia* como fonte privilegiada através da qual eram divulgados e debatidos, principalmente entre os pares, os principais projetos da prefeitura.

Após breve análise do discurso urbanístico a partir da *Comissão*, traçamos um panorama dos principais problemas que afetavam a cidade e eram elencados nos jornais da época. Concentramo-nos principalmente no *Jornal do Brasil* por causa de sua coluna diária *Coisas da Cidade*, que estava prenhe de demandas por reformas urbanas. De fato, as demandas por reformas eram evidentes e se concentravam na questão do tráfego urbano. Em seguida, tomamos os resultados do cruzamento das demandas por reformas com os planejamentos urbanos, isto é, nossa investigação recai sobre como as obras foram colocadas em prática. Assim, acreditamos poder enxergar melhor até que ponto o urbanismo permeou, de fato, as obras da *Comissão* ou funcionou mais no âmbito do discurso da inovação.

No último capítulo, tentamos captar os efeitos das mudanças da fisionomia da cidade sobre a dinâmica cultural da cidade. Nesse caminho, nos deixamos levar por alguns cronistas da cidade, principalmente por Marques Rebelo, para tentar estabelecer nuances entre o período por nós estudado e as grandes reformas das primeiras décadas do século passado. A escolha de algumas de suas crônicas se deve ao fato que Rebelo as escreveu em um período que extrapola nosso recorte cronológico, mas que se remete a ele. Em suma, o autor tratava de reconstruir a história do Rio de Janeiro através de sua própria memória afetiva e, na verdade, pensava ser a única maneira de tornar perene uma cidade que já não mais existia.

Atentamos também para algumas crônicas de jornais que deixavam transparecer certa ambiência da cidade, apresentadas por nós como tensão entre o que se considerava moderno e o anacrônico, às vezes de maneira paradoxal. Novos hábitos e costumes conviviam com posturas indesejáveis e desconcertantes de uma população que estava alheia, ou parecia estar, aos intentos governamentais de tolher as experiências do indivíduo com sua própria cidade. A praia, os botequins, os trajes de banho pareciam invadir todas as dobras da cidade e escandalizar aqueles que admiravam o aumento do número de *bars* e *clubs*, a sociabilidade civilizada.

Por fim, tomamos a liberdade de conjecturar a respeito das possibilidades de interpretação da metáfora do Rio de Janeiro como mulher. Essa imagem aparece em vários autores, embora de diversas maneiras, e por isso mesmo chamou a nossa atenção. Assim, desdobramos essa figura sem a pretensão de exatidão, mas apenas para aproveitá-la na dimensão de nossas principais questões sobre a cidade.

2

A “velha roupa colorida”: os embates entre Distrito Federal e cidade.

Se durante toda a Primeira República, sobretudo a partir do governo Campos Sales (1898-1902), a função de capital reservada à cidade do Rio de Janeiro esteve bem instituída, o que implicava, do ponto de vista da municipalidade, que a base de sustentação dos políticos locais dependia, em última análise, de uma esfera que ultrapassava o espaço da própria cidade e adentrava na política nacional através do jogo do clientelismo, a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o alargamento da base eleitoral, entre outros fatores, forçou a entrada de novos atores políticos ao mesmo tempo em que se tornou uma oportunidade única de ascensão para aqueles políticos cariocas que se encontravam à margem desse jogo, fragmentados em suas bases e, por isso mesmo, defensores da autonomia político-administrativa do Distrito Federal.

No entanto, as novas circunstâncias não implicariam em completa ruptura no tocante a tutela do governo federal sobre sua capital. Não resta dúvida que a cidade, entendida aqui justamente a partir da representação desses políticos locais, alimentou expectativas de alcançar sua inédita autonomia com a nomeação do médico pernambucano Pedro Ernesto para a prefeitura (1931-1936), que conseguiria, através da criação do *Partido Autonomista do Distrito Federal*, superar a fragmentação da política carioca e fazer constar no texto constitucional de 1934 a autonomia político-administrativa do Rio de Janeiro.. Mas é importante destacar que a cidade, a despeito dessa importante conquista, continuava com a mesma função para a qual fora designada na Primeira República, a de Distrito Federal, o que poderia ser facilmente percebido pois o próprio Pedro Ernesto era ainda o interventor federal e que era, a partir dele, que as engrenagens políticas ali funcionavam.

Dessa forma, a partir do momento em que Pedro Ernesto mostrou ter pretensões que iam além daquelas concedidas pelo governo federal, Vargas não

hesitou em retomar a velha roupagem da intervenção, a despeito dos rumos políticos e das circunstâncias aparentemente novas que tomava a cidade.

Em um contexto de radicalização política entrelaçada à necessidade de controlar mais efetivamente as crescentes massas urbanas e a ameaça advinda da projeção da figura política de Pedro Ernesto, Getúlio Vargas direcionou-se gradualmente para a centralização política que culminaria em 1937 com novo golpe político e militar e a outorga de uma nova Constituição e, nesse movimento, estendeu novamente sobre o Rio de Janeiro a mão pesada da intervenção federal.

De qualquer maneira, apesar do velho conteúdo intervencionista, a forma que envolvia a interferência do governo federal na esfera política municipal, se não era exatamente nova, certamente teria um aspecto muito mais incisivo devido justamente àquela breve experiência autonomista e às circunstâncias de construção de um Estado de exceção. Após a curta passagem do cônego Olímpio de Melo (1936-1937) pela prefeitura, Vargas nomearia como interventor o político carioca Henrique de Toledo Dodsworth, meses antes do advento do Estado Novo, concedendo a ele “liberdade absoluta para a execução de programa que atendesse aos instantes problemas da cidade”.³

Sobrinho de Paulo de Frontin, que fora prefeito da cidade em 1919, e herdeiro de boa parte de seu capital político, identificado com setores mais conservadores da sociedade carioca e crítico convicto da autonomia do Distrito Federal nos debates da Constituinte de 1933, Dodsworth não hesitou em abafar os clamores por autonomia local. A cidade acordava do sonho autonomista.

A relação entre política e cidade é discutida por vários historiadores. Nesse aspecto ganha destaque a discussão em torno de como o poder político se apropria do espaço urbano para projetar sua imagem e, ao mesmo tempo, tentar controlar o movimento dos indivíduos através da construção de um texto na própria *urbe* que teria como função (re) afirmar um determinado tipo de comportamento social compatível com e desejado pelo poder instituído.

Historiador da arte, o italiano Giulio Carlo Argan demonstra a importância política do espaço urbano moderno encarnado na *cidade-capital* barroca, na Europa dos séculos XVII/XVIII. Elemento constituinte da política absolutista, a *corte* tinha o papel de representar o poder real com toda a sua imponentia,

³ IDEM, *ibidem*. p.6.

projetar a identidade nacional no imaginário da sociedade e, ao mesmo tempo, construir seu *ethos* através de mecanismos culturais.⁴

No século XIX, ao entrelaçamento política/cidade somou-se a questão da modernidade e da sensibilidade do homem moderno. As novas necessidades impostas ao indivíduo a partir da Revolução Industrial e do crescimento acelerado das grandes metrópoles fizeram com que os Estados lançassem mão de um planejamento urbano que levasse em consideração não apenas o presente, mas que se antecipasse ao desenvolvimento futuro, evitando percalços na ordem econômica e social. Mais do que isso, planejar e reformar sua capital era sinônimo mesmo de modernidade para o país como um todo, mesmo que ele ainda estivesse atrasado nessa corrida em direção ao futuro.

Nesse sentido, Carl Schorske argumenta que Viena, a partir da segunda metade do século XIX, passou por várias transformações de ordem urbanísticas que continham, em seus planejamentos anteriores, nítidas posições políticas que ora pesaram mais em favor da defesa de uma cidade mais humanista e voltada para o passado pré-industrial, ora em favor da criação de uma cidade baseada apenas na utilidade, sobretudo de circulação, das sociedades industriais e voltada para o que ainda estaria por vir.⁵

Poderíamos citar ainda outros autores, como Marshall Berman, que discute como a transferência da capital russa também no século XIX, de Moscou para São Petersburgo, tinha uma significativa importância política na medida em que constituía uma nítida escolha do Estado russo de deslocar uma história baseada na tradição para outra, mais próxima da Europa ocidental, baseada na modernidade.⁶

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, a cidade experimenta um interessante embate que remonta, sem dúvida, ainda que com outras características, pelo menos à segunda metade do século XVIII, quando a cidade se tornou sede do vice-reino. De cidade caracterizada pela sua significativa autonomia frente às demais cidades do império português, o Rio de Janeiro passaria a partir de então a ter uma importante função, qual seja a de sediar importantes instituições lusitanas e, por conseguinte, ser monitorada por estas bem

⁴ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁵ SCHORSKE, Carl E.. *Viena Fin-de-Siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

⁶ BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

de perto. Começava aí a difícil tarefa de lidar com o peso da centralidade sobre a até então leveza do cosmopolitismo com base em sua autonomia. De acordo com Antônio Edmilson Martins Rodrigues, doravante,,

[...] a história de uma cidade construída pela singularidade chegava ao seu fim. Ela permaneceu atuante e os princípios que orientaram seu crescimento manter-se-ão presentes, pois adequar-se-ão a perspectiva da civilidade cortesã de uma metrópole nos trópicos, propiciando um encontro de interesses com a perspectiva liberal dos setores mercantis implicados na modernização de Portugal.

Mas a tragicidade da história da cidade já estava definida e nem mesmo essa oportunidade de ampliação do espírito cosmopolita garantiu o retorno de sua capitalidade.⁷

De toda forma, se para esse momento pudermos refletir sobre a história do Rio de Janeiro associando *peso* à responsabilidade de representação institucional do corpo político e *leveza* à possibilidade, sem perder em cosmopolitismo e liberdade, de ser o eixo articulador dos interesses das demais cidades que também desejavam ter maior autonomia frente aos poderes metropolitanos, e tentar compreender em que medida um sufocava o outro, respectivamente, também poderemos projetar essa relação até a história mais recente da cidade.

Portanto, não temos a pretensão de seguir passo a passo os caminhos pelos quais passou o Rio de Janeiro até o nosso período de estudo. Ao contrário, gostaríamos mesmo de trabalhar em um nível sincrônico para poder pensar o binômio autonomia/intervenção como constituinte da experiência política da cidade desde então. Nesse sentido, levamos em consideração a continuidade dessa questão para a cidade, para além das discontinuidades e rupturas de sua história. Nosso maior interesse aqui é refletir sobre a relação desse binômio a partir da consolidação do regime republicano para, assim, chegarmos à década de 1930 e tentar observar possíveis projeções e possibilidades de mobilização local por autonomia política frente ao governo federal.

Assim, em meados da década de 1930, o Rio de Janeiro experimentou o binômio autonomia/intervenção de maneira inédita até então. Por um lado, viveu na prática, entre os anos de 1934 e 1936, sua primeira experiência autonomista. Por outro, logo em seguida foi colocada novamente sob a intervenção federal que,

justamente por essa especificidade, se fez tanto mais abrupta e espetacular quanto mais a cidade Rio de Janeiro tinha avançado em direção a sua própria autonomia.

2.1.

Em busca da capitalidade.

Para além de qualquer particularidade, a cidade do Rio de Janeiro chama a atenção pelo fato de que sua história, talvez mais do que a de qualquer outra cidade brasileira, tem estreita relação com a história do Brasil como um todo desde pelo menos 1763, quando a cidade passou a ser sede do Vice-Reino. Desde então, o papel ocupado pela cidade carioca como *cabeça* ou *vitrine* da nação foi constantemente reafirmado até finais de 1950, ainda que discutido e relativizado a partir da década de 1960, quando a capital republicana foi transferida do Rio para o Planalto Central.

Tomando essa estreita relação do Rio de Janeiro com o Brasil como pressuposto, nosso objetivo aqui é refletir sobre o ambíguo jogo de aceitação e recusa que envolveu a identidade política e cultural entre as instâncias municipal e federal, entre cidade e nação, cariocas e brasileiros, e que teria o próprio Rio como *locus* principal. Sem pretender apontar vencedores ou vencidos, tentaremos discutir as implicações dessa relação para a construção da memória do Rio de Janeiro como cidade-capital e de sua *capitalidade*.⁸ Brevemente, faremos um diálogo a partir de abordagens que apresentam grande contribuição teórica para o estudo sobre a história do Rio.

A reflexão historiográfica acerca da importância política da *cidade-capital* remonta ao seu surgimento no século XVII. Consolidando-se na Europa barroca, as *cidades-capitais* tinham como função exercer o papel de “cabeça da nação”, ou seja, ela deveria representar o poder do soberano absolutista em seu país. Nesse sentido, a escolha de uma cidade para exercer a função de capital, assim como sua possível transferência para outra cidade, era fruto de um complexo jogo político, no qual contavam aspectos econômicos, militares e simbólicos. Contudo, para

⁷ RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002. p. 24.

⁸ Ver NEVES, Margarida de Souza. *Brasil acertais os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991.

exercer tal função, era imposta à capital a adoção da “imagem do Estado”, “desvencilhando-se do caráter municipal”. De acordo com Marly Motta,

se, por um lado, a centralização da autoridade exigia a proeminência de uma cidade que sediasse o poder monárquico, por outro, essa capital, concentrando a força militar e a burocracia administrativa, impondo costumes e modas, e construindo a imagem da corte real, contribuía poderosamente para a unificação do Estado.⁹

Dessa forma, ficava claro o entrelaçamento Estado/cidade-capital. A cidade era capital na justa medida em que representava a imagem do Estado e, assim, (re) afirmava sua função para além de uma sede político-administrativa. Simbolicamente, cabia à capital representar o próprio Estado, que, por sua vez, era personificado no monarca. Portanto, a capital barroca também deveria ser dotada de *capitalidade*, o que implicaria em ter a capacidade de sintetizar perspectivas e anseios nacionais, homogeneizar hábitos, projetar a imagem de autoridade do Estado e, ao mesmo tempo, diluir as tensões políticas e sociais, dando coesão interna e singularidade ao país.

Observando os textos que tratavam da percepção do Distrito Federal como uma síntese e uma metonímia do país como um todo em finais do século XIX e início do século XX, Margarida de Souza Neves aponta para o que ela chama “deslizamento discursivo”, isto é, neles, o Rio de Janeiro era freqüentemente tomado pelo país, e este pelo Rio de Janeiro: “referidos à cidade em particular, [os textos] terminam por incluir em suas reflexões o país em seu conjunto, passando indistintamente da parte para o todo, e vice-versa”.¹⁰ Mais do que isso, a própria urbe carioca era representativa desse movimento:

É também no solo do Rio que fincam seus alicerces instituições que evocam, por sua titularidade, o atributo de representação do Brasil, e não apenas da cidade onde estão construídas: a Avenida Central não abriga apenas o *Jornal do Brasil* e *O País*, mas também a *Biblioteca Nacional*, o *Museu Nacional de Belas Artes*, além do *Lloyde Brasileiro* e da *Companhia de Seguros A Equitativa do Brasil*. Um pouco mais longe, no bairro antes escolhido para a construção do palácio imperial, o *Observatório Nacional* marca o tempo do país.¹¹

⁹ MOTTA, Marly Silva da. *Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. p. 1.

¹⁰ NEVES, Margarida de Souza. *Op. Cit.* P. 55.

¹¹ IDEM, *ibidem*. p. 56.

Sem dúvida alguma, estes exemplos podem ser encarados como *sinais*, na perspectiva adotada por Carlo Ginzburg e discutida pela própria autora em seu texto. Em ensaio chamado *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, o historiador italiano discute a possibilidade do fazer historiográfico a partir de um método – e de um “modelo epistemológico” - que leve em consideração “indícios” e “sinais”, partes aparentemente sem importância do todo, mas que podem permitir sua reconstrução e explicação: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.¹² Nesse sentido, os “deslizamentos discursivos” se apresentariam como “sinais” de que a cidade do Rio de Janeiro era pensada a partir de sua função mais ampla, qual seja, a de representação, a de imagem da República recém-fundada. Em suma: o Rio de Janeiro, além de ser a capital, era dotado de *capitalidade*.

Nessa perspectiva, o momento histórico privilegiado para discutir o entrelaçamento dessas duas histórias – carioca e brasileira – encontra-se na virada do século XIX para o século XX, com o advento da República. A partir de então, para além de uma mudança política significativa, apesar das continuidades, o Estado assumia novas formas e se mostrava como o agente por excelência da modernidade brasileira.

Transformada em Distrito Federal em 1889, a cidade que havia sido *Corte* fazia parte de um projeto de construção da imagem moderna da República e, portanto, foi alvo de um intenso período de reformas urbanas sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1906). A meta era fazer da capital o espelho civilizado do país, apontando um futuro de *Progresso* que tivesse a *Ordem* como sua pré-condição: “é, sobretudo, a polícia que estabelece a ordem nas ruas”.¹³

Naturalmente, a memória de “cidade colonial” precisava ser urgentemente negada e conscientemente esquecida, pois deixava vivo na urbe um *passado-presente* que gerava a sensação de atraso em relação à Europa – França à frente -, sobretudo em uma cidade na qual a presença de ex escravos e seus descendentes era característica da vida cotidiana. Partindo da idéia de que a organização urbana levaria à ordem social - leia-se, a despolitização de grupos sociais supostamente perigosos para o regime -, a *Regeneração* da cidade consistia na construção de um

¹² GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 177.

¹³ NEVES, Margarida de Souza. op. cit. p.62.

*futuro-presente*¹⁴ que passava pela remodelagem do Distrito Federal, que pretendia acertar os ponteiros do país, atrasado na corrida pela civilização.

Com efeito, as intervenções urbanas desse período não foram suficientes para e civilizar, na perspectiva governamental, os hábitos e costumes da população mais pobre que costumava habitar e trabalhar por ali. Por baixo das (re)formas a cidade permanecia colonial. Ainda assim, o Rio de Janeiro reafirmava sua capitalidade porque, com essas reformas, simbolicamente, reformava-se o país e legitimava-se a República.

O Rio de Janeiro da virada do século, mesmo longe de ser a cidade burguesa e moderna que alguns imaginam, representa a alegoria do ‘discurso do novo’ na primeira República: uma ‘novidade’ que não é senão a fachada das velhas práticas políticas, dos velhos compromissos, dos velhos interesses dominantes. Simulacro do moderno, como as fachadas da Avenida Central, o Rio reconstruído física e ideologicamente tem a função capital de legitimar para o país e para o mundo a República Velha.¹⁵

É notável que a teatralização da capital tenha extrapolado a própria Primeira República e desaguado na história posterior da cidade ao longo do século XX. Assim, aquele “deslizamento discursivo”, indício de capitalidade, também parece ter sido a tônica entre diversos autores nas décadas subseqüentes. Até mesmo porque o embelezamento promovido por Pereira Passos encontraria eco em seus sucessores. De acordo com Jaime Benchimol,

a renovação da área central e de outras zonas ‘deterioradas’, reforçando os mecanismos de segregação social no espaço urbano, foi retomada pelos prefeitos Carlos Sampaio, em 1920-1922, e Henrique Dodsworth, nos anos sombrios do Estado Novo (1937-1945). Na década de 1940 começaram as remoções de favela e, na década seguinte, todo o bairro do Catumbi foi posto abaixo.¹⁶

Gilberto Velho nos ensina que, nas sociedades complexas, são estreitas as relações entre *memória, identidade e projeto* para um determinado sujeito, mesmo que seja um sujeito coletivo, como, por exemplo, um partido, uma empresa ou

¹⁴ Para as categorias *passado-presente* e *futuro-presente*, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

¹⁵ NEVES, Margarida de Souza. op. cit. p.65.

¹⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002. p.152.

outra comunidade qualquer. O sentimento de pertencimento a um contexto social deve-se justamente à construção de identidade do sujeito com um determinado grupo e essa relação, por sua vez, é estabelecida somente a partir da construção de uma memória individual que se entrelace a partir de algum momento do passado e de alguma forma com a memória coletiva. A partir de então, o sujeito pode dar um sentido a sua trajetória de vida até ali, reconhecer-se no presente e, ao mesmo tempo, projetar no futuro essa mesma trajetória. Portanto, “a consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos”.¹⁷

Embora neste texto o autor não se refira à questão das cidades, sua reflexão nos permite conjecturar que, para projetar uma imagem moderna do país a partir de sua capital, à República foi preciso construir uma memória que projetasse em ambas as trajetórias um encontro no passado e no futuro, a partir do presente, de modo a dar sentido à identificação entre Brasil e Rio de Janeiro. Dessa forma, a *Regeneração* criou símbolos que lembravam a todo o momento aos cariocas o papel ocupado por sua cidade na Federação.

A memória de que a cidade do Rio, e apenas ela, poderia ser plenamente capaz de representar o país foi projetada no imaginário nacional através da insistente política de intervenções urbanas que tinha como objetivo fazer do Rio de Janeiro um espelho moderno através do qual os cariocas deveriam não somente se *parecer* com os brasileiros, mas também *aparecer* como *os* brasileiros. E se, por um lado, a natureza exuberante foi vista diversas vezes como empecilho ao desenvolvimento da cidade em busca de civilização, por outro, ela também foi destacada e tomada quase como uma justificativa divina para a proeminência do Rio de Janeiro no cenário nacional. De sorte que “de tais encômios, por outros, estendidos à cidade, terá sem dúvida nascido o refrão popular: ‘Deus criou o mundo em sete dias, mas destes sete só no Rio consumiu dois’”.¹⁸

E essa espécie de sedução da *capitalidade* foi constantemente reforçada pelas crônicas da cidade. Gastão Cruls, por exemplo, a respeito - e a despeito - da possibilidade cada vez mais latente da transferência da capital para Brasília, diz

¹⁷ VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e História*. In: *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p.101.

¹⁸ CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p.469.

que “a nossa cidade, com o seu porto e suas belezas naturais, há de ser sempre uma grande metrópole. Será a Nova York da Washington, de Goiás ou do Triângulo Mineiro”.¹⁹ Brasília seria a nova capital, mas a capitalidade manter-se-ia carioca, como de costume, pois, de acordo com José Honório Rodrigues, “a unidade [nacional] não é um ato oficial; é uma criação a *longue durée*, que não pode sofrer colapsos ou rupturas”.²⁰

Em finais da década de 1950, o debate em torno do futuro cidade após a transferência da capital para Brasília girou em torno de três propostas: o Rio de Janeiro tornar-se-ia território da Guanabara, estado da Guanabara ou Município do estado do Rio de Janeiro, podendo ou não ser a capital desse estado. Para Marly Motta, além dos interesses da conjuntura política, o ponto fundamental da discussão, e que dificultou a transformação da cidade em mero território ou em um município como qualquer outro, foi exatamente a memória da posição especial da qual o Rio de Janeiro desfrutou, desde meados do século XVIII, como capital política da nação.

Se os primeiros anos da República se defrontaram com a questão da montagem do arcabouço político-administrativo do Distrito Federal, agora, no final da década de 50, tratava-se de enfrentar um desafio igualmente difícil. [...] Muito mais polêmico que a discussão sobre a transferência da capital para Brasília, o debate sobre o futuro do ex-Distrito Federal revelou, mais uma vez, os impasses e as contradições que acompanhavam a definição de uma nova identidade para a cidade. A meu ver, embora os componentes da conjuntura política sejam essenciais para a análise dessas propostas, o elemento fundamental desse debate foi o passado de cidade-capital do Rio de Janeiro.²¹

Mesmo após a transferência da capital para Brasília, o Rio de Janeiro ainda foi visto como uma cidade especial para a história nacional. Para José Honório Rodrigues, o sentido da existência da cidade do Rio de Janeiro parece ter sido a “nacionalização do Brasil”, e, portanto, com a transferência da capital, o Rio era “traído” pelo país.

¹⁹ IDEM, *ibidem*. p.589.

²⁰ RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.148.

²¹ MOTTA, Marly da Silva. “*Que será do Rio?*” – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo, Vol. 4, 1997. p. 156.

[o Rio de Janeiro] resume, em si, as virtudes e os defeitos nacionais, pela síntese que operou dos mesmos elementos e dos elementos vindos de todas as partes do Brasil. Não é do nada, porque o Rio pertence a todos e o carioca pensa sempre em termos nacionais. Isto está nas suas raízes, vem de 1763 [...]

O Rio é uma cidade que tem sido traída, sempre traída [...] apesar de sua grande contribuição nacional.²²

A posição de centro nacional ocupada pelo Rio de Janeiro era encarada como vocação. Esta, por sua vez, construiu-se em detrimento das questões de caráter municipal. Era como se ao Rio tivesse sido entregue a missão de ser a representação do Brasil, e ele a teria cumprido tão bem que não saberia mais ser outra coisa e, no limite, não saberia sequer ser ele mesmo. Em suma, a cidade sacrificara-se, logo, postos os resultados da transferência do Distrito Federal na balança, fora traída.

Ora, a idéia de traição ao Rio de Janeiro leva-nos a pensar que sua relação, enquanto capital, com o governo federal não foi apenas de identidade e harmonia. Com efeito, poderíamos pensar que, na medida em que nos distanciamos da primeira República, em direção ao passado e ao futuro-passado, também é possível observar *indícios* significativos da ambigüidade que rondava a identidade política do Rio e que por vezes vinha à tona.

Segundo Carlos Sarmiento, com a Revolução de 1930 e o fim da primeira República, a Aliança Liberal tinha como uma de suas propostas a concessão da autonomia política ao Distrito Federal. Pela primeira vez o Rio de Janeiro teria a oportunidade de eleger um prefeito, ainda que indiretamente. Para além da conjuntura e dos interesses políticos daquele momento, o Rio optou por um prefeito que construiu sua plataforma e base de apoio em cima de um ponto em comum a vários políticos cariocas: o Partido da Autonomia do Distrito Federal. E embora Pedro Ernesto tenha sido destituído do cargo com o Estado Novo, esse episódio mostra que

Devemos observar o período estudado [1930-45] em relação ao Rio de Janeiro da Primeira República não como antítese completa deste, mas sim como uma nova forma de lidar com as mesmas questões, apresentando novas soluções possíveis para constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade [...] A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo também na dinâmica política e de caráter local, geraria uma das características

²² RODRIGUES, José Honório. Op. cit. pp. 123-124.

definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o cotidiano da população.²³

Nesse sentido, Antonio Edmilson Rodrigues mobiliza a *capitalidade* justamente para pensar os limites da identidade carioca com o país e mostrar a fragilidade daquelas “constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade”.²⁴ Afastando-se da idéia de que a cidade é a nação, o autor trabalha com uma abordagem que pensa a *capitalidade* da cidade a partir de outra perspectiva.

Fundada em 1565 a partir de uma disputa com os franceses e seus aliados indígenas, a cidade do Rio, diferentemente de Salvador, teria como principal característica a autonomia administrativa e econômica:

Era uma cidade resultante de um embate. Não qualquer embate, pois não foi apenas um confronto militar ou de força. Foi um confronto de utopias. A presença do homem, da natureza e do interesse de fundar uma cidade produziram descobertas que anunciavam um destino que, embora pudesse estar vinculado ao processo de organização do domínio português na América, desde o primeiro momento, demonstrou sua qualidade de autonomia que dificultaria, daí em diante, a domesticação da cidade e de seus habitantes.²⁵

Aberta ao mundo desde sua fundação, o Rio de Janeiro teria conseguido capitalizar os anseios de autonomia dos colonos das demais regiões do Brasil, estando aí a sua *capitalidade*. Portanto, a partir do momento em que a cidade se tornou sede administrativa do Vice Reino, com o poder central situado em seu seio, o Rio perdia lentamente a sua autonomia e, conseqüentemente a sua *capitalidade*. Doravante, sob o Império e, sobretudo com a Primeira República, a cidade apenas viria a se tornar cada vez mais artificial e sem força para mobilizar a política municipal. A capital sufocava a cidade.

O projeto de modernidade republicana, nesse sentido, reforçava de maneira espetacular a perda de autonomia da cidade, na medida em que a escolhera como cenário para a apresentação de uma imagem moderna do país. De

²³ SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Arquitetura do Impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista dos anos 1930*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (2000). p.34.

²⁴ RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em Algum Lugar do Passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

²⁵ IDEM. *Ibidem*. p.18.

tal maneira que, enquanto modelo de futuro da nação, o Rio de Janeiro distanciava-se de si mesmo.

E a fragilidade dessa “modernidade conservadora” acabou por mostrar a sua face com a transferência da capital para Brasília.

A cidade do Rio de Janeiro foi refundada. Apresentava-se como cidade do futuro, reelaborou a tradição para acentuar a sua função de vanguarda da nação. Entretanto, esqueceu a força do presente. Morria um sonho, uma utopia. Nascia um pesadelo.²⁶

Giulio Argan argumenta que as cidades têm função, mas também valor: “a cidade é feita de coisas, mas essas coisas nós as vemos, oferecem-se como imagens à nossa percepção, e uma coisa é viver na dimensão livre e mutável das imagens, outra é viver na dimensão estreita, imutável, opressiva, cheia de arestas, das coisas [...]”.²⁷ Sendo assim, o Rio de Janeiro não se resumiu apenas a sua função hegemônica de capital, imposta pelo Estado, mas também tinha um valor de cidade para os cariocas. E, dependendo do momento, a composição cidade-capital poderia tornar-se ambigüidade cidade/capital. Pois “assim como não existe uma língua, mas apenas situações de língua, também não existem cidades, a não ser como situações urbanas”.²⁸

Para manter uma coesão interna em torno da função de cidade-capital, as *situações urbanas* deveriam ser reafirmadas constantemente como tais, sobretudo através de símbolos na própria estrutura física da urbe, pois a memória, para ganhar caráter oficial, precisa enquadrar as demais memórias. Contudo, quando desprovido de justificativa coerente, esse enquadramento torna-se frágil e as *memórias subterrâneas* tendem a irromper o consenso estabelecido.²⁹

2.2.

Autonomia X Intervenção

Tomando as reflexões acima como premissa, ajustemos o foco no advento da República e na discussão em torno da relação entre os poderes locais e o governo

²⁶ RODRIGUES, Antônio Edmilson M. op. cit. P.31.

²⁷ ARGAN, Giulio Carlo. *Urbanismo, Espaço e Ambiente*. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 223.

²⁸ IDEM. ibidem. *O Espaço Visual da Cidade*. p.238.

federal. O regime republicano nos parece caro, pois para sua implantação foi significativa a emergência da discussão em torno do modelo federalista de nação e por ter sido criada a figura do prefeito para a cidade o Rio de Janeiro que a dotava, ainda que de maneira paradoxal, de um executivo municipal.

Com efeito, algumas propostas já haviam surgido na segunda metade do século XIX no sentido de proporcionar à cidade seus plenos direitos de municipalidade, mas sem grandes êxitos. O governo imperial não hesitou em (re)afirmar o papel exemplar de *cidade-capital* a ser representado pelo Rio de Janeiro.

Ao optar pelo modelo federalista, o Governo Provisório (1889-1891) acenava para uma maior autonomia dos entes federativos frente aos órgãos centrais e, nesse caso, a cidade do Rio de Janeiro merecia uma atenção especial. Assim, instituir o regime republicano federativo e, por conseguinte, tentar afastar o então recente passado de centralismo encarnado no Império era também tocar na questão do papel que a capital do país deveria exercer nessa nova circunstância.

A julgar pela coerência do novo arcabouço político-institucional do país, o Rio de Janeiro poderia estar bem próximo de se tornar apenas cidade, liberada do papel de representação da nação. Contudo, a República optou pela conservação: a cidade foi mantida como sede do governo, transformando-se em Distrito Federal que ao longo do período entre os anos de 1892-1902 acabou por consolidar seus contornos.

É interessante perceber que, mesmo sob a tutela do governo federal, boa parte dos políticos locais não deixou de ter a busca por um maior espaço de atuação como horizonte. E a ampliação desse espaço significava, para esses políticos, a maior independência possível frente à interferência externa ao jogo político local com o intuito de, através dos canais propriamente municipais, atingir e ampliar sua base eleitoral.

Uma vez que o orçamento da cidade e os canais de formação de clientelas que respondiam pela municipalidade estavam a cargo do governo federal, que os distribuía conforme seus interesses, os políticos locais viam-se em uma situação de dependência da política nacional para barganhar novos eleitores na esfera municipal. O grupo político hegemônico do Distrito Federal era, pois, justamente

²⁹ Sobre *enquadramento da memória e memórias subterrâneas*, ver: POLLACK, Michael.

aquele que conseguia construir pontes com os entes federais. Por outro lado, de acordo com Carlos Eduardo Sarmiento,

Esta hegemonia, em contrapartida, determinava uma certa marginalização dos grupos que não haviam conseguido estreitar tais laços, donde se conclui que a interferência federal no Distrito condicionava o próprio equilíbrio de forças internas da política carioca. Como forma de reação a esta interferência evidenciou-se ao longo da Primeira República uma percepção política que associava a possibilidade do livre jogo das forças políticas cariocas ao não-intervencionismo federal na esfera municipal.³⁰

Nesse sentido, é interessante perceber que o anseio por autonomia política não encontrava amparo em todos os políticos locais, mas inicialmente apenas naqueles cuja atuação ficava à margem dessas relações clientelísticas. Por outro lado, também não significava exatamente a busca da população por maior representação política, como ter direito a escolher o prefeito da cidade, antes disso,

Autonomia significava a liberação dos canais formais de exercício político para a livre atuação destes grupos locais, representava uma garantia de que os principais fóruns de representação não corriam riscos de serem frequentemente bloqueados, ou seja, defender a autonomia política e administrativa do Distrito Federal era lutar pela continuidade da existência e do funcionamento de seu campo político em toda a sua dinâmica e amplitude³¹

A questão passava, portanto, pela defesa do equilíbrio entre as esferas federal e municipal. Nessa balança, pesava muito mais a primeira bandeja, a ponto de, no limite, a defesa do mínimo equilíbrio confundir-se mesmo com a defesa da existência da própria política carioca. Não é de se espantar que, “muito mais do que uma bandeira política, as proposições autonomistas representaram o fundamento da existência do próprio campo político carioca”.³²

A tensão entre intervenção federal e autonomia municipal foi enfrentada pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898), consolidou suas regras no governo Campos Sales (1898-1902) e sua *política dos governadores*. A partir daí, amparando-se no federalismo e o levando ao extremo, Campos Sales faria com

Memória, Esquecimento Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n3, 1989. p. 3-15.

³⁰ SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.47.

³¹ IDEM, Ibidem. p.48.

³² FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)*. In: FREIRE, Américo,

que a política propriamente dita fosse feita nos estados enquanto que à capital ficaria reservado um movimento de despolitização e esvaziamento local sob a justificativa de que o Rio de Janeiro era por demais agitado politicamente. De acordo com Margarida de Souza Neves,

Ao poder federal competia, despolitizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaraçassem os tênues fios que uniam os diferentes interesses políticos e não se rompesse o frágil, complexo e – a seu modo – eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República.³³

Rodrigues Alves (1902-1906), cujo governo instituiu a figura do prefeito e interventor e suprimiu as forças políticas locais desejosas de um maior espaço de atuação, acabou por concretizar essa política de tal maneira que levou o prefeito nomeado, Pereira Passos, a ter um lugar especial na memória política carioca. Com apoio direto do executivo federal, na figura do próprio presidente da república, e com ampla disponibilidade de capital, Passos inaugurou um período de sufocamento quase absoluto da política local por um lado e, por outro, levou a cabo um amplo programa de reformas urbanas, no qual se destacaram a construção da Avenida Central e a reforma do porto, para justificar a imagem de *cidade-capital* do Rio de Janeiro. Dessa forma, a intervenção política era acompanhada de intervenções urbanas: “Estava finalmente aberto o caminho para se substituir a *politicagem local* por uma cidade-símbolo da ordem e da modernidade nacional republicana”.³⁴ Por outro lado, os atores políticos que gravitavam à margem deste centro de decisão foram lançados a um espaço político fragmentado, aonde a única unidade se dava através da defesa da autonomia da capital, apesar de possíveis divergências quanto a sua forma.

Muito embora, após a administração Passos, os presidentes republicanos tivessem optado por uma *burocratização* da interventoria do Rio de Janeiro, com mais discrição e menos intervenções espetaculares na malha urbana da cidade, o

MOTTA, Marly e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política Carioca em Quatro Tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.33.

³³ NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil Republicano. Vol 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 40.

³⁴ FREIRE, Américo. *República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 29.

modelo de Distrito Federal imposto à cidade do Rio se manteria praticamente intacto até o início da década de 30, isto é, com o fim da Primeira República.

Contudo, já no início da década de 1920, algumas mudanças estruturais na sociedade brasileira mostrariam que a manutenção do princípio intervencionista no Distrito Federal tal como ele vinha sendo exercido caminhava em direção ao paroxismo. O aumento demográfico, a gradual diversificação da economia cafeeira e a incipiente industrialização, o surgimento de uma significativa classe média urbana e também de um operariado que se organizava cada vez mais e representava uma ameaça de ebulição social no seio da capital republicana. Nesse sentido, os eventos ocorridos no ano de 1922 marcariam de maneira sintomática o desgaste da política da Primeira República: a *Semana de Arte Moderna*, o levante dos *Dezoito do Forte*, a *Reação Republicana*, a fundação do *Partido Comunista Brasileiro* demonstravam o anseio de mudanças e o espírito de questionamentos advindos dos mais diversos setores da sociedade.

Somados à crise de 1929 e aos confrontos entre as oligarquias hegemônicas, leiam-se São Paulo e Minas Gerais, esses eventos culminaram na Revolução de 1930 e na consequente ascensão ao poder do ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e seus aliados, desejosos de construir um novo país que fosse livre do que eles consideravam os vícios da política oligárquica.

No que dizia respeito ao Rio de Janeiro, a questão de ter ou não um forte poder central era crucial. A ascensão de novos atores políticos na capital do país impulsionava a demanda por autonomia da cidade do Rio de Janeiro e, assim, por maior representação política nas esferas municipal e federal. Atentos a essa nova conjuntura, a proposta autonomista ganhou a plataforma política da *Aliança Liberal* e, com a *Revolução de 1930* e a decadência derradeira da Primeira República, o Rio de Janeiro experimentaria um período de gradual ampliação de seu campo político e, por conseguinte, de autonomia político-administrativa.

Se o espaço urbano das cidades tem, ao mesmo tempo, função e valor, esses termos estão antes em uma relação de complementaridade do que de exclusão ou de determinação de um pelo outro. Assim, um prédio público, por exemplo, pode ser tomado pela suas funções propriamente, mas também pode ser visto apenas como um ponto de referência na cidade a partir do qual um sujeito pode se orientar. Em outras palavras, o sentido da existência dos elementos encontrados na cidade é construído a partir da maneira através da qual os

experimentamos.³⁵ Nesse sentido, a função de Distrito Federal que fora atribuída ao Rio de Janeiro pelo governo federal não determinava o seu valor de cidade para os políticos locais, que experimentavam o mesmo espaço, porém dando-lhe um sentido diferente.

Portanto, a defesa da autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro estava ligada à necessidade, por parte de uma parcela dos políticos locais, de ampliação de seu espaço de atuação junto ao governo federal. Essa defesa implicava, por sua vez, em absorver os cargos e atribuições de natureza municipal, mas que estavam sob domínio de uma dinâmica política que lhe era externa. Por outro lado, a intervenção se justificava na medida em que o Rio de Janeiro era considerado o espaço a partir do qual a República deveria se projetar e, assim, neutralizado em prol desta atribuição.

2.3.

A experiência autonomista

Com a Revolução de 1930 e o fim da primeira República, novamente a questão da autonomia da capital republicana tornava-se fundamental para a estruturação do novo regime político. Como uma das mais importantes propostas da *Aliança Liberal*, congregação de forças dos estados de segunda grandeza que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, a autonomia política do Distrito Federal se inseria a um contexto maior de crítica dirigida aos mecanismos políticos de formação de clientelas que seriam inerentes à Primeira República.

Os primeiros anos do governo Vargas foram marcados pela instabilidade política. A antiga oligarquia paulista, considerando-se a principal perdedora com a Revolução de 30, pressionava o governo no sentido de promover a redemocratização do país e a promulgação imediata de uma nova constituição, o que acabou por gerar a *Revolução Constitucionalista* de 1932 no mesmo estado. Os tenentes, por sua vez, aliados da maior importância para Vargas até então, defendiam que o Brasil ainda não estaria pronto para viver uma democracia e,

³⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *O Espaço Visual da Cidade*. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

assim, levantavam a bandeira de um governo forte e centralizado que abafasse os poderes locais.

No entanto, era possível perceber que o Rio de Janeiro caminhava lentamente em direção a primeira experiência autonomista com a nomeação do médico pernambucano Pedro Ernesto para a prefeitura. Em sua *arquitetura do impossível*, Pedro Ernesto conseguiu num primeiro momento reunir várias vertentes da política carioca em torno da bandeira autonomista, através da criação e da condução do *Partido Autonomista do Distrito Federal*.

A estratégia de Pedro Ernesto era criar um partido local que fosse forte o suficiente para defender a autonomia do Distrito Federal nos debates da Constituinte de 1933. Para isso dispunha, além de seu carisma pessoal, do apoio do próprio presidente da República e de todo o capital político advindo da sua condição de prefeito do Rio de Janeiro. Por outro lado, Pedro Ernesto também esteve atento às transformações consumadas na sociedade brasileira a partir de 1932, com a significativa ampliação da base eleitoral e, por conseguinte, com a crise dos mecanismos de cooptação de votos da Primeira República. Dessa forma, o então prefeito trazia as massas urbanas do Rio de Janeiro para a política.

Aprovada a proposta autonomista em 1934, o Rio de Janeiro ganhou a oportunidade de eleger seu próprio prefeito, ainda que pelo voto indireto. Para além da conjuntura e dos interesses políticos daquele momento, o Rio optou por um prefeito que construiu sua plataforma e base de apoio em cima de um ponto em comum a vários políticos cariocas: a defesa da autonomia político-administrativa para o Distrito Federal. De acordo com Carlos Eduardo Sarmiento,

Pela primeira vez na história republicana, após a breve experiência executiva do Conselho de Intendentes nos primeiros anos do novo regime, as forças políticas municipais assumiam a tarefa de, elas mesmas, ocuparem os postos mais elevados na hierarquia do poder dentro do espaço municipal, o que liberava o 'jogo político' e a atuação dos diferentes grupos.³⁶

É importante salientar, no entanto, que o *Partido Autonomista do Distrito Federal* não trazia como proposta qualquer espécie de ruptura com as práticas políticas da Primeira República. Ao contrário, o resultado seria apenas um

deslocamento do centro gravitacional das esferas de decisão, que passava do governo federal ao municipal.

Dispondo desse amplo capital político, Pedro Ernesto conseguiu atrair para o *Partido Autonomista* boa parcela dos políticos locais. Mesmo entre os políticos hegemônicos, durante a Primeira República, foram muitos os que migraram para o novo eixo articulador da política carioca. Contudo, logo o *PADF* mostrou-se uma estrutura cuja engrenagem era deveras frágil e, a partir do momento em que se viu frente à necessidade de definir melhor seus princípios e contornos ideológicos, para além da defesa da autonomia do Distrito Federal, suas peças travaram e até mesmo entraram em conflito umas com as outras.

Para atender as necessidades da população, Pedro Ernesto desenvolveu uma ampla rede de escolas e hospitais que contribuiu significativamente para a empatia de sua figura junto às massas urbanas do Rio de Janeiro e, assim, também ganhava uma projeção nacional que incomodava as pretensões de Vargas de manter-se no poder. Num contexto de radicalização política, e por ter relações com alguns intelectuais de esquerda, Pedro Ernesto, cada vez mais isolado politicamente, foi tachado de comunista, destituído da prefeitura do Distrito Federal e preso logo em seguida. O projeto autonomista nos moldes imaginados por Pedro Ernesto chegava ao paroxismo e, com ele, a intervenção do governo federal retomava seu lugar.³⁷

Apesar do ostracismo político imposto a Pedro Ernesto e do curto episódio da autonomia do Distrito Federal, é interessante perceber como as forças políticas locais, embora fragmentadas e ainda dependentes do jogo político capitaneado pelo governo federal, aproveitaram o pequeno espaço aberto na primeira metade dos anos 1930 para alavancar suas demandas que permaneceram latentes durante toda a Primeira República. Para Carlos Sarmiento, esse episódio mostra que

Devemos observar o período estudado [1930-45] em relação ao Rio de Janeiro da Primeira República não como antítese completa deste, mas sim como uma nova forma de lidar com as mesmas questões, apresentando novas soluções possíveis para constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade [...] A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo

³⁶ SARMENTO, Carlos Eduardo. *A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930*. In: *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.42.

³⁷ SARMENTO, Op. Cit.

também na dinâmica política e de caráter local, geraria uma das características definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o cotidiano da população.³⁸

E é levando em consideração esse ambiente de disputa política em torno da autonomia do Distrito Federal que nos deparamos com Henrique Dodsworth, que assumiria a prefeitura meses antes do advento do Estado Novo, mas em um momento em que a centralização política já se mostrava evidente. A breve e inédita experiência autonomista do Rio de Janeiro se dissolveria na longa e comum intervenção política federal.

2.4. a intervenção “pelas mãos de um carioca...”

No início dos anos 60, o escritor Marques Rebelo em seu *Guia Antiturstico do Rio de Janeiro* definiu o que, segundo ele, seriam os “cariocas desnaturados”:

Assim são chamados os que, cariocas de nascença ou não, no exercício de cargos públicos tudo fizeram para agravar os males da cidade, inventando muitos outros, ofendendo-a, desprestigiando-a, odiando-a. São poucos e repugna dar os nomes deles aqui: contentemo-nos com as iniciais de dois dos mais odientos – HD e JK.³⁹

A segunda referência é mais evidente ao público geral, trata-se do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo governo foi responsável pela construção e transferência da capital republicana para Brasília. Já a primeira é a de Henrique Dodsworth, prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre os anos de 1937 e 1945.

Trata-se de uma definição satírica, por certo. Mas, ao mesmo tempo, suas possibilidades de interpretação parecem interessantes.

Pensar na possibilidade de que Marques Rebelo teria incluído Dodsworth entre os “mais odientos” na sua categoria de “cariocas desnaturados”, apenas pelo

³⁸ SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Arquitetura do Impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista dos anos 1930*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (2000). p.34.

³⁹ REBELO, Marques. *Guia Antiturstico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Desiderata: Batel, 2007. p.77.

fato de ele ter sido interventor do Distrito Federal não chega a ser motivo suficiente, uma vez que, justamente até a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro viveu praticamente toda sua história republicana sob a intervenção do governo federal. No entanto, a especificidade do contexto histórico do Rio de Janeiro em que Henrique Dodsworth assumiu a interventoria do Distrito Federal, somada a sua própria trajetória política e suas posições anti-autonomistas podem nos ajudar a entender a crítica do escritor carioca.

A administração do prefeito/interventor do Distrito Federal Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945) foi a mais longa da história do Rio de Janeiro e sua escolha não foi, absolutamente, obra do acaso.

Político carioca de projeção no Rio de Janeiro, Dodsworth conheceu Vargas ainda na década de 1920, quando ambos eram deputados, conforme seu próprio depoimento: “Conheci Getúlio Vargas em 1924, quando éramos deputados. Desde então mantivemos as relações mais cordiais, em tom cerimonioso, porém jovial, segundo normas invariáveis que adotava e de acordo com o meu irredutível sentimento de independência”.⁴⁰

Na década de 1930, agora politicamente em lados opostos, os dois voltariam a se encontrar em circunstâncias um tanto distintas. Se Vargas havia, por força de um golpe de Estado, se tornado presidente da república e negociava com diversos setores da sociedade delicadas questões políticas no sentido de consolidar o novo regime instaurado no país, Dodsworth se elegeria em 1933 o deputado carioca mais votado para a Constituinte.

A primeira metade da década de 1930 representou um momento decisivo para a cidade do Rio de Janeiro no tocante a sua relação com o governo federal. Reivindicação antiga de boa parte dos políticos locais, a autonomia da cidade ganhava nítidos contornos sob a liderança de Pedro Ernesto, como vimos no tópico anterior. Portanto, Dodsworth assumia a prefeitura em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro, representada aqui por esses políticos locais, experimentava na realidade antigos anseios, ainda que sob a tutela do governo Vargas. Nesse sentido, a escolha de Dodsworth para a prefeitura significaria para uma espécie de derrota desse movimento autonomista ligado a Pedro Ernesto e ao seu eixo articulador da política carioca.

Por outro lado, apesar de Henrique Dodsworth ser, ele mesmo, um político carioca e de utilizar-se dessa identidade como estratégia política, ele estava ligado a setores conservadores da sociedade, como a associações de empresários e ao Clube de Engenharia, manifestando sua posição contrária à autonomia da política carioca local, assim como fazendo duras críticas à falta de projetos de embelezamento e urbanização para o Distrito Federal.

Assim, a escolha de Dodsworth pelo próprio Getúlio Vargas poderia soar aparentemente como uma contradição uma vez que, além de críticas à autonomia do Distrito Federal, Dodsworth também era opositor ao governo Vargas. No entanto, Vargas mostrava-se bastante sensível a nova conjuntura política no Distrito Federal e estava atento, sobretudo, ao esgotamento da estrutura do *Partido Autonomista do Distrito Federal* e de sua fragmentação interna. Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, “para alguns [políticos] era até politicamente conveniente a indicação de um interventor completamente alheio aos antigos experimentos populares do período Pedro Ernesto, que não apresentasse qualquer vinculação ou guardasse a ‘mácula do agitado passado recente da vida política carioca’”.⁴¹

Para além dessa tentativa de desfazer a mobilização popular e de afastar qualquer sombra do ex-prefeito Pedro Ernesto, a escolha de Henrique Dodsworth para a prefeitura do Rio de Janeiro, no âmbito nacional, já parecia ser um indício da inclinação do governo federal no sentido de ir rumo à centralização política que culminaria no Estado de exceção que durou até 1945. Neste, seria retomada uma disposição de fazer retornar uma política para a capital do país que partia do princípio de que, por sua condição especial de Distrito Federal, o Rio de Janeiro deveria ter seus direitos de municipalidade devidamente tutelados neutralizados, como ficaria claro no artigo 7º da Constituição Federal de 1937: “O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União”.⁴²

⁴⁰ DODSWORTH, Henrique de Toledo. *Depoimento sobre Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1964. p.5.

⁴¹ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. Cit. p.219.

⁴² Constituição Federal – 1937.

Por outro lado, demonstrava também o quanto a política local carioca havia se tornado uma espécie de ameaça ao poder federal, justamente por sua capacidade de se unir em torno do ideal de autonomia para a Sebastianópolis.

Em seu discurso de posse é possível perceber algumas dessas premissas e, sobretudo, a maneira como o recém-nomeado prefeito do Distrito Federal articulava seu pensamento sobre a política local na cidade do Rio de Janeiro:

Fui favorável à intervenção no Distrito Federal, e de público, manifestei-me por essa providência, a fim de que, pelo aspecto político, se pudessem restabelecer o equilíbrio rompido nas relações dos poderes locais, com repercussão inevitável na boa marcha dos trabalhos legislativos e, em consequência, nas do Executivo da Cidade.⁴³

O discurso foi proferido no mês de julho e, portanto, antes mesmo do golpe que daria origem ao Estado Novo. Como fica claro, Dodsworth manifestava de maneira incisiva sua postura favorável à intervenção política no Distrito Federal e de ressaltar que essa postura vinha de longa data, como se ele quisesse destacar que esteve com a razão ao longo de toda a sua carreira política e apenas naquele momento recebesse os louros do reconhecimento.

Ao mesmo tempo em que lançava mão da continuidade de suas opiniões para justificar sua escolha para a prefeitura do Rio de Janeiro, Dodsworth também fazia questão de revelar uma possível especificidade daquele momento. O intuito de restabelecer o equilíbrio nas relações dos poderes locais através da intervenção política, e apenas dessa forma, certamente é ressaltado em função da experiência autonomista municipal quase imediatamente anterior a sua nomeação e a sua profunda discordância dos rumos políticos tomados pelo município do Rio de Janeiro durante a administração Pedro Ernesto. Mesmo que a este tivesse sido dirigida uma palavra politicamente respeitosa, Henrique Dodsworth não perdia a oportunidade para marcar sua diferença em relação ao seu predecessor:

Pela primeira vez, desde os acontecimentos que o afastaram desta Casa, desejo citar, publicamente, o nome do Sr. Pedro Ernesto.

Faço-o para dizer que dele recebia ininterruptamente as maiores demonstrações de deferência e simpatia, apesar da aguda divergência que nos colocou, permanentemente, em trincheiras adversas.⁴⁴

⁴³ “A posse ontem do novo interventor federal”. Jornal do Brasil. 04 de julho de 1937.

Para além da justificativa da necessidade de equilíbrio entre as forças políticas locais, no discurso de Dodsworth havia um interessante recurso retórico que o colocava, de certa forma, como o mais apto a realizar as alegadas necessidades do Rio de Janeiro. A tentativa era a de amenizar o peso da intervenção através da diluição da fronteira entre os interesses federais e municipais, fazendo com que um se passasse pelo outro uma vez que, notadamente, ele mesmo seria um político carioca. Nesse sentido, o limite seria a criação de uma imagem de auto-intervenção que coincidissem nele mesmo: “que a intervenção do Distrito Federal realize os altos objetivos administrativos que a legitimaram, e que, pelas mãos de um carioca, passe a ser o próprio Distrito Federal a realizar essa intervenção”.⁴⁵

De maneira astuciosa, Dodsworth projetava sua identidade com a da cidade para angariar confiança e apoio da opinião pública para seu projeto intervencionista. E a estratégia não passou despercebida pelos jornais. O *Correio da Manhã* destacava:

[...] o novo interventor declarou que, à frente da Prefeitura do Distrito Federal, esperava realizar, com o apoio do governo e a ajuda de Deus, a verdadeira obra de administração pela qual desde longo tempo anseia o povo carioca. Disse ainda, o Sr. Dodsworth, que, sendo carioca, tudo envidaria por realizar uma obra administrativa verdadeiramente carioca, restituindo a prefeitura do Distrito a sua verdadeira finalidade, longe das mesquinhas competições partidárias e das deturpações políticas pelas quais muitas vezes a administração do Distrito tem se deixado arrastar.⁴⁶

Mas se, por um lado, sua própria figura era bastante respeitada e reconhecida por sua idoneidade e competência, por outro, a perda da autonomia política carioca era vista com certa resignação, como podemos ver na posição do *Jornal do Brasil*:

Embora já tenhamos externado o nosso ponto de vista adverso à intervenção, pois sempre fomos adeptos da autonomia da capital do país, assinalamos que a escolha do nosso interventor repercutiu agradavelmente, dadas as qualidades de distinção e de alto relevo mental do delegado do poder central.

De fato, o Sr. Henrique Dodsworth é uma das figuras de mais realce da Câmara Federal.

⁴⁴ IDEM, ibidem.

⁴⁵ IDEM, ibidem.

⁴⁶ Correio da Manhã – 4 de julho de 1937. p. 1.

Carioca, político militante do Distrito, o novo interventor certamente prestará a sua cidade os serviços que ela merece e que se deve esperar dos seus méritos e operosidade.⁴⁷

Também é interessante perceber como os políticos locais se rearranjaram nessa conjuntura política de intervenção federal sob novas bases. Se a estrutura do *PADF* estava minada, o governo Vargas tratava de construir um novo eixo a partir do qual pudesse angariar o importante apoio político em sua própria capital para os novos rumos de sua empreitada. Coube então aos políticos que outrora engrossavam as fileiras da bandeira autonomista junto a Pedro Ernesto negociar sua inserção nessa nova conjuntura ou se lançar, mais uma vez, à margem e a contestar dali a autonomia perdida. Nessa disputa, o governo federal levava clara vantagem:

A esperada crise entre os elementos políticos do Distrito Federal que apóiam o atual interventor carioca [...] já está conjurada, e assim caminham em bom rumo os entendimentos que o Sr. Henrique Dodsworth dirige para promover a concentração daqueles elementos dentro da disciplina de um forte partido local.⁴⁸

Voltando à citação inicial de Marques Rebelo, poderíamos concluir que o escritor atacava o prefeito em questão por ele ter, de certa forma, capitaneado um processo de retroação da política carioca, no sentido de que o advento de sua administração selou o fim de uma breve e inédita experiência autonomista da cidade do Rio de Janeiro frente ao governo federal, ao mesmo tempo em que representou a retomada de uma *política republicana para a capital*⁴⁹ na qual a municipalidade do Rio de Janeiro era suprimida pelo seu papel de Distrito Federal. Para isso, é importante que tenhamos em perspectiva que, no Rio de Janeiro, embora em certa medida entrelaçados, cidade e Distrito Federal eram esferas distintas e que sua relação era marcada muitas vezes pela tensão. De um lado, o sonho local de reconhecimento do valor da cidade de São Sebastião por si mesma e de suas necessidades particulares, ainda que isso não descartasse sua

⁴⁷ “O novo governador da Cidade”. *Jornal do Brasil* – 03 de julho de 1937. p.7.

⁴⁸ “A situação Política”. *Jornal do Brasil* — 09 de julho de 1937. p.2.

⁴⁹ Sobre esse termo, ver FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1869)*. In:

importância para o país como um todo. De outro, a tentativa de fazer esse valor ser absorvido pela função de Distrito Federal, isto é, fazer da cidade do Rio de Janeiro apenas um espaço de representação do nacional, vazio de iniciativas próprias. Nesse embate, como Dodsworth, apesar de carioca que era, se apresentava a favor da intervenção federal, acabou dando margem para ser classificado nesta ácida definição de Rebelo.

3

“...no fundo do tinteiro das boas intenções”: urbanismo e política.

Ao longo de sua história, por diversas vezes o do Rio de Janeiro foi objeto de planejamentos urbanos. Portanto, as transformações dessa ordem experimentadas pela cidade não são, absolutamente, privilégio do século XX. Já na década de 70 do século XIX, os higienistas, considerando imprescindível a eliminação dos miasmas que, segundo eles, eram frutos de aglomerações de casarios pobres somadas às ruas estreitas e mal arejadas e aos maus hábitos de higiene da própria população que por elas circulava, lideraram reformas cujo principal objetivo era o de atingir o maior grau possível de saneamento urbano. Evidentemente, a nobreza do gesto também serviu como justificativa para tentar poupar a camada mais privilegiada dos cariocas do contato com os populares.⁵⁰

No entanto, foi a partir do início do século XX que a urbe carioca transformou-se através de intervenções espetaculares que mudariam suas face e dinâmica de maneira irreversível. O entrelaçamento da consolidação do regime republicano às grandes reformas urbanas que incidiram sobre o Rio de Janeiro, Distrito Federal a partir de então, constituem fenômeno de amplo interesse para a historiografia sobre a cidade. Com o prefeito Pereira Passos, no governo Rodrigues Alves (1902 – 1906), foi aventado para a cidade um futuro moderno que pudesse justificar as alegadas benesses da República no imaginário do país e, ao mesmo tempo, mostrar para a Europa que estávamos no caminho certo em direção à civilização. Assim, a República forjava, através de um “cosmopolitismo agressivo”⁵¹, a entrada de sua capital na órbita da modernidade.

A *ordem* e o *progresso* eram lemas de sua bandeira. Nesse sentido, a elite aburguesada aliada ao Estado e desejosa de reservar para si a principal área da

⁵⁰ Ver RESENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

cidade, destinou à *ordem* o papel de controlar e forçar a saída das camadas mais populares da região central com o fim de alcançar o *progresso* que, por sua vez, foi encarregado de tornar a cidade a vitrine material e cultural do país⁵². O porto do Rio de Janeiro, além de ser o mais movimentado e variado em termos de mercadorias importadas e exportadas, também deveria sê-lo em costumes, modas e hábitos civilizados. Portanto, a modernidade tinha direção e sentido claros, que deveriam ser garantidos pelo Estado, que, por sua vez, optou por excluir os cariocas que representavam o atraso e reservar à cidade remodelada a presença de indivíduos que, por sua pretensa polidez, pudessem inspirar e expirar civilização: “era o Rio de formação cultural européia, principalmente francesa, que só pensava e lia em francês, até livros escolares, e que tudo importava, até manteiga”.⁵³

O ponto alto da Regeneração seria a abertura da Avenida Central, cujas obras começaram em 1904. A criação de uma avenida larga, bem iluminada e arejada, por onde a nova elite pudesse passear e construir uma sociabilidade civilizada em contraste com o que acontecia, por exemplo, na Rua do Ouvidor, marcaria esse momento não só por sua extensão e por seus novos prédios públicos e privados, mas também pelo que foi preciso demolir para sua construção. Com efeito, constava igualmente nesse projeto a expulsão da população mais pobre dessa área e de seu entorno. A cidade reafirmava seu caráter comercial na medida em que a construção de um novo porto também foi empreendida e que a nova Avenida o ligava ao Centro da cidade.

É inegável que a administração do prefeito e interventor Pereira Passos constitui um marco na história urbana do Rio de Janeiro e que, em maior ou menor grau, os prefeitos que o sucederam lograram fazer reformas urbanas no Distrito Federal com o intuito de embelezar a cidade e, assim, lançá-la no rol das grandes capitais modernas e, por conseguinte, lançar o próprio país na modernidade.

No entanto, boa parte da historiografia urbana que se debruça sobre esse tema argumenta que, sob essas reformas ainda não podemos falar na existência de uma política urbana no sentido de que os planos tinham um caráter relativamente pontual e incidiam sobre algumas regiões da cidade que, dessa maneira, ainda não

⁵² VER NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do Progresso. O Brasil nas exposições internacionais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP/CNPq, 1986.

seria vista como uma questão em si, por mais que os reformistas estivessem cientes do alcance social de sua empreitada. A cidade tinha problemas que eram passíveis de serem resolvidos sempre que surgissem, mas não era o problema, na medida em que não interessava necessariamente antever seu desenvolvimento e planejar, a partir do presente, seu sentido futuro, apesar do patente desejo de apagar seu passado colonial. Denise Cabral Stuckenbruck, por exemplo, afirma que

Em Passos, o que se faz é abrir ruas, praças, alargar avenidas, construir um rígido código de posturas, regulamentando o uso do espaço urbano – mas não há uma concepção global desse processo – não há projeto para a cidade como um todo, não há técnicos especializados (ou especializando-se) na cidade, não há um campo definido de atuação para o futuro profissional urbanista – não há urbanismo! O que há são intervenções pontuais e localizadas na malha urbana, orientada pelos princípios de higienismo e da ciência positiva.⁵⁴

Assim, somente a partir da década de 1920 que a cidade teria sido vista como um organismo e seu planejamento a levar em consideração toda a *urbe*, e não apenas algumas regiões.

Aliando ciência e arte, o urbanismo floresce na Europa e nos Estados Unidos na primeira década do século XX, é colhido por alguns engenheiros brasileiros, aos poucos se difunde e finalmente aporta no Brasil, especialmente em sua capital, e se consolida como a disciplina legítima através da qual seus arautos projetavam uma cidade ideal que pudesse substituir a real.

De fato, a difusão do urbanismo no Rio de Janeiro deve-se muito a um episódio em particular. Em 1927, sob encomenda do então prefeito Prado Junior (1926-1930), o urbanista francês, reconhecido mundialmente entre seus pares, Alfred Agache viria ao Rio de Janeiro para fazer uma série de conferências sobre urbanismo e elaborar um plano, a partir desse novo saber urbano, para a cidade, que ficaria conhecido como o *Plano Agache*.

Do Plano pouca coisa foi colocada em prática, por questões técnicas e, sobretudo, políticas. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou para prefeito do Distrito Federal o médico Pedro Ernesto, que alegava que o Plano

⁵³ “As Grandes Reformas”. Jornal do Brasil – 7 de abril de 1965. p.52.

⁵⁴ STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996. p. 20.

Agache não seria exequível nem em 50 anos. Na verdade, o deslocamento da discussão sobre o urbanismo na prefeitura estava ligado a questões de outra ordem. Como vimos no capítulo anterior, Pedro Ernesto estava comprometido com uma política que levasse gradualmente o Distrito Federal a uma inédita experiência autonomista, encarando a questão do planejamento urbano como secundária.

Entretanto, Agache apontava para a necessidade de se criar uma comissão permanente para analisar o plano e empreender possíveis alterações no projeto original, o que foi feito quase dez anos depois pelo prefeito Dodsworth, cujo governo restabeleceu a *Comissão do Plano da Cidade*, tendo como objetivo justamente analisar o referido *Plano* para, a partir daí, elaborar novos projetos para a cidade.

Dessa forma, o presente capítulo pretende discutir o papel que o urbanismo exerceu na concepção dos planejamentos urbanos desenvolvidos durante a administração Dodsworth assim como a relação deste olhar sobre a cidade com sua política. Tentaremos perceber como essa nova disciplina influenciou o pensamento dos técnicos ligados direta ou indiretamente à prefeitura a partir de suas principais preocupações no tocante ao desenvolvimento da *urbe*, isto é, do espaço físico da cidade. Não temos a pretensão de discutir a fundo questões de ordem urbanística propriamente ditas, mas apenas contrapor discurso e prática para tentarmos apontar até que ponto o urbanismo, que se auto-identificava como um novo pensamento responsável pelo parto da *questão urbana*, se distanciava dos planejamentos e reformas que lhe foram anteriores. Nesse sentido, torna-se de fundamental importância a discussão da utilização do discurso urbanístico como justificativa para novas intervenções que, como desejava Dodsworth, completariam e iriam além da obra iniciada por Pereira Passos.

3.1.

Algumas notas sobre a difusão do urbanismo no Rio de Janeiro.

Para pensarmos os projetos urbanos elaborados pela *Comissão do Plano da Cidade* em finais da década de 30 até meados da década de 40 do século passado, acreditamos ser crucial uma breve análise do surgimento do urbanismo e o momento de sua difusão entre os engenheiros e urbanistas do Rio de Janeiro e

também na sociedade carioca. Seguindo uma bibliografia sobre a temática urbana no Rio de Janeiro, podemos crer que esse momento remonta à década de 20, quando da discussão em torno da necessidade de um plano para a cidade e da maneira como fazê-lo.

O urbanismo como tal tem suas origens na primeira década do século XX, na Europa e nos Estados Unidos e, como todo conhecimento que se pretende científico, surge a partir da invenção de seu próprio objeto, qual seja a *questão urbana*. Desta forma, essa nova disciplina encarava-se a si mesma como um discurso acima de tudo legítimo, o qual deveria apontar diagnósticos e prognósticos para os problemas não apenas de uma determinada cidade, mas da *Cidade*. De acordo com Luiz Cesar Ribeiro de Queiroz,

este olhar e a sua legitimidade fundam-se no fato de criarem seu próprio objeto: a cidade, ou os problemas urbanos, como objeto de saber e ação. Ele se constrói por enunciado de relações de causalidade – um diagnóstico – que já contém a delimitação de uma estratégia de intervenção.⁵⁵

Ainda segundo o autor, alguns fatores concorreram para o surgimento do discurso urbanístico. Dentre eles, a questão da representação da cidade é notável. Enquanto no século XIX a cidade era representada, na literatura, filosofia, sociologia e afins, como um espaço no qual indivíduo e sociedade viviam como reféns de uma atmosfera moralmente desagregadora e perversa, havendo mesmo uma atitude intelectual e política antiurbana, no início do século XX à cidade já se podia atribuir certa positividade que muitas vezes se travestia de progresso. Quanto mais urbana uma sociedade, maior seu grau de civilização. Tratava-se agora de construir não um discurso nostálgico ou mesmo resignado da vida nas grandes cidades, mas sim de pensar estratégias para que ela pudesse se desenvolver da melhor maneira possível, eliminando os obstáculos do presente e planejando seu crescimento futuro.

A partir do início deste século passa-se a falar em função econômica da cidade enquanto concentração de mão-de-obra e como centro de negócios, oferecendo uma

⁵⁵ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Urbanismo: Olhando a cidade, agindo na sociedade*. In: PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 106.

infra-estrutura contendo os efeitos úteis de aglomeração necessárias ao crescimento industrial.⁵⁶

Por outro lado, a difusão do urbanismo no início do século XX também esteve relacionada a sua capacidade de agregar outros campos do saber que tangenciavam a questão urbana sem, no entanto, inventá-la como sua. Assim, este novo olhar sobre a cidade tem como características o “agenciamento de outros saberes, posituação da cidade como fator de progresso econômico, uma nova representação da cidade, implicando um novo diagnóstico, novas relações e causalidade; como consequência, novas terapias”.⁵⁷

A idéia de que o discurso científico do urbanista apontava diagnósticos e prognósticos para os problemas urbanos também implica em dizer que a cidade passava a ser vista por esses intelectuais como um organismo, no qual o bom funcionamento das partes levaria, naturalmente, ao pleno desenvolvimento saudável do todo. Portanto, há aqui um sutil, mas fundamental, deslocamento da metáfora do corpo em relação ao planejamento urbano. Se, até finais do século XIX, eram os higienistas os principais interventores urbanos que atuavam no sentido de eliminar da cidade as doenças que afetavam multidões, gerando melhores condições de circulação de ar e saneamento, agora a própria cidade transformava-se em paciente, padecendo de males que deveriam ser prontamente eliminados e, mais do que isso, previstos e evitados antes mesmo de surgirem.

Tratava-se de uma nova maneira de tematizar a cidade – deslocamento da categoria meio físico para meio social e moral – que ia se impondo nos debates entre os profissionais e técnicos da área. Assim, os problemas urbanos – moradia, saneamento, circulação, etc. – vão cedendo lugar a uma concentração mais sistêmica da cidade, onde esta, em seu conjunto, aparece como um novo objeto de conhecimento, requalificando-se epistemologicamente e emergindo como objeto de uma nova disciplina: o urbanismo.⁵⁸

De toda forma, o pensamento urbanístico contém em si mesmo várias dimensões da cidade, e não omite seu compromisso com a reforma social.

Tem um componente científico, no sentido tradicional do termo, porque efetua análises rigorosas sobre a condição demográfica, econômica, produtiva, sanitária,

⁵⁶ IDEM, *ibidem*. p. 111.

⁵⁷ IDEM, *ibidem*. p.111.

⁵⁸ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 403.

tecnológica dos agregados sociais; tem um componente sociológico, porque estuda as estruturas sociais e seus desenvolvimentos previsíveis; tem um componente político, porque influi sobre esses desenvolvimentos orientando-se em certas direções; tem um componente histórico, porque considera as situações sociais na dupla perspectiva do passado e do futuro. E tem, enfim, um componente estético, porque termina sempre na determinação de estruturas formais.⁵⁹

Na década seguinte, seria a vez do Brasil entrar no rol dos países preocupados em planejar suas grandes cidades. Aqui, durante o século XIX, também os médicos higienistas foram os principais responsáveis pelos projetos de intervenção urbana, juntamente com os engenheiros egressos da Escola Politécnica. O urbanismo passaria efetivamente a disputar espaço com essas áreas do saber sobre a cidade apenas na década de 20, e com destaque para a cidade do Rio de Janeiro.

A década de 1920 se abre para o Rio de Janeiro apresentando desafios importantes em relação ao seu desenvolvimento urbano. A cidade, que vivera nas décadas anteriores um momento intenso de intervenções em sua malha urbana, sobretudo em sua região central, expandia-se em direção as Zonas Norte e Sul e via sua população aumentar em progressão significativa. Sob esse ângulo, o Rio de Janeiro, enfim, ganhava ares de metrópole.

O Rio de Janeiro era, então, sob todos os aspectos, uma metrópole. Com mais de um milhão de habitantes, contava com 4.415 automóveis e era cortada por 417 quilômetros de linhas de bonde. Dispunha de 50 cinemas, 9 teatros, 20 circos móveis e lia 24 jornais diários – 14 matutinos e 10 vespertinos – além de 20 revistas semanais e 17 mensais. O intenso movimento comercial e financeiro era atendido por 44 bancos e 46 companhias de navegação.⁶⁰

Nesse contexto, entre os anos de 1920 e 1922, o então prefeito Carlos Sampaio colocaria em prática seus projetos de urbanização, cujo ponto alto seria a derrubada do Morro do Castelo e a organização da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, nas adjacências daquela região. Esse episódio foi bastante significativo como catalisador da difusão sobre o urbanismo no Brasil. A partir daí, a discussão sobre a necessidade de um planejamento urbano que levasse em conta a cidade como um todo, a exemplo do que já vinha acontecendo na

⁵⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *Urbanismo, Espaço e Ambiente*. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.211.

Europa e nos Estados Unidos, extrapolou as revistas especializadas e os meios técnicos, ganhando os jornais e sendo objeto do interesse de toda a sociedade.⁶¹

Engenheiros e arquitetos lideravam o debate, embora divergissem quanto à necessidade de se convidar um especialista estrangeiro para a elaboração de um plano para a capital do país ou se os próprios técnicos brasileiros já conseguiam dar conta do desafio. Havia embates também na hora de discutir a natureza desse planejamento. Os engenheiros defendiam um projeto racionalista, científico, enquanto os arquitetos defendiam planejamento que também levasse em conta alguns critérios artísticos. Convergiam, porém, quanto à necessidade do planejamento: a cidade precisava de um norte que orientasse seu desenvolvimento como um todo.⁶²

Na segunda metade da década de 20, o então prefeito Prado Junior (1926-1930), mostrou-se sensível às demandas por planejamento urbano e promoveu a vinda de Alfred Donat Agache, famoso urbanista francês, para uma série de conferências sobre urbanismo e o encomendou a elaboração de um plano para a cidade do Rio de Janeiro que, mais tarde, ficaria conhecido como *Plano Agache*.

Àquela época a reputação de Alfred Agache já havia alcançado projeção internacional. O urbanista tinha participado e fundado instituições importantes na França que lidavam com a questão do planejamento sob o prisma do urbanismo. Publicado em 1930 sob o título *Cidade do Rio de Janeiro – remodelação, extensão e embelezamento*, o *Plano* possuía longo alcance e funcionou como uma espécie de pedra fundamental para a consolidação da disciplina no Brasil.

Na verdade, fazia parte do pensamento urbanístico europeu, notadamente o francês, a noção de que, para colocar suas idéias em prática, o mais interessante seria aplicá-las em alguma cidade fora daquele continente, tanto melhor se fosse em uma cidade do continente americano. Pois a aplicação deste saber no *Novo Mundo*, “onde acreditava-se não encontrar as resistências das tradições existentes

⁶⁰ KESSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. p 19.

⁶¹ Ver STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

⁶² IDEM, Ibidem.

no *Velho Mundo*, poderia servir de efeito demonstração necessário a sua afirmação frente ao poder político”.⁶³

Portanto, a sistematicidade e a objetividade de seu discurso não excluem a dimensão política do urbanismo. Planejamento urbano pressupunha projeto político. A idéia era que se poderia alcançar mudanças sociais através de intervenções físicas na cidade, de preferência sem a participação dos cidadãos. E, naturalmente, com as pitorescas noções de cidadania e política então existentes no Brasil, essa dimensão do projeto aqui se reafirmava.

De acordo com o engenheiro José de Oliveira Reis, que foi diretor da *Comissão do Plano da Cidade* durante o governo de Henrique Dodsworth, em Agache

O urbanismo é entendido como uma ciência e uma arte, e sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo ‘o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento da circulação pública. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descuidar as soluções financeiras’. No fundo, trata-se de melhorar a situação de vida da população de uma cidade da melhor maneira possível, ocupando os espaços urbanos de uma maneira mais conveniente.⁶⁴

Em seu plano para o Rio de Janeiro, Agache também sugeria o estabelecimento de uma comissão permanente, composta por técnicos especializados que fossem capazes de reavaliar o plano, fazendo alterações sempre que necessárias. Tinha claro pra si mesmo de que seu planejamento por si só não era nem poderia ser definitivo, pois não se tratava de um modelo fixo e estático, mas criava um sentido para um determinado desenvolvimento da cidade que, por vezes, poderia tomar direções diferentes do projeto original.

Dando continuidade a essa política urbana de Prado Junior, o prefeito Adolfo Bergamini (1930-1931), que lhe sucedeu, estabeleceu a referida comissão, sob o nome de *Comissão do Plano da Cidade*. Composta por engenheiros e arquitetos da própria prefeitura, a *Comissão*, como sugeria Agache, era encarregada de analisar o *Plano*, apontando sua viabilidade e seus excessos.

⁶³ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Op. Cit. p. 108.

⁶⁴ FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 20.

Nesse sentido, *Giulio Carlo Argan* nos ensina que a elaboração de uma cidade ideal não funciona exatamente como um modelo, mas como um *módulo*, a partir do qual a cidade real pode se desenvolver quantitativamente em direção ao futuro, mas levando consigo a estrutura básica idealizada, encarnada na qualidade.

A cidade ideal, mais do que um modelo propriamente dito, é um ‘módulo’ para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não a sua substância: dada uma planta em forma de tabuleiro, centralizada ou estelar, sempre é possível desenhar o mesmo esquema numa dimensão maior ou menor.⁶⁵

Podemos dizer que, embora a partir da década de 1920, as intervenções na malha urbana da capital federal fossem levadas a cabo com maior apuro, sob o prisma de uma nova e moderna disciplina que acabara de inventar seu próprio objeto, a substância do Rio de Janeiro como Distrito Federal desprovido de autonomia política não deveria ser, de maneira alguma, alterada.

Dessa forma, à continuidade dos projetos urbanísticos sobrepôs-se a descontinuidade dos eventos políticos. Com a Revolução de 1930, tudo o que havia sido feito até então pela sob a República Velha haveria de ser reavaliado. O novo interventor do Distrito Federal, o médico Pedro Ernesto (1931-1936), revogou *Plano Agache* e *Comissão do Plano da Cidade*. Em sua administração, o sonho de fazer do Rio de Janeiro uma metrópole moderna, que encarnasse os princípios nacionais da ordem e do progresso, parecia contrastar com um desejo mais modesto e pragmático da cidade de autonomia política e administrativa. Olhando retrospectivamente, é possível ver que a política urbana, nos moldes como ela vinha sendo pensada nos anos 20, experimentou um breve parêntesis e o planejamento como tal seria retomado apenas parcialmente em 1937 por seu sucessor, e opositor, Henrique Dodsworth.

3.2.

“Quanta coisa a Cidade Maravilhosa está exigindo...”

Bastaria uma breve análise dos principais jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 30 até a primeira da década de

⁶⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.74.

40 para perceber o quanto as colunas e notícias sobre a cidade batiam na mesma tecla, qual seja a necessidade de reformas urbanas a partir de um planejamento de conjunto, urbanístico. A cidade do Rio de Janeiro, a despeito de todas as intervenções já feitas nas administrações anteriores e mesmo tendo ganhado ares de metrópole moderna, acumulava problemas e obstáculos ao seu pleno desenvolvimento. Aliás, na análise desses meios de comunicação, era justamente o crescimento acelerado da cidade que criava transtornos à população de maneira geral e causava antipatia aos que se preocupavam com a ordem urbana.

É assim que, um dia antes da nomeação de Henrique Dodsworth para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1937, o *Jornal do Brasil*, em sua coluna *Coisas da Cidade*, tratava de lembrar aos seus leitores e também, naturalmente, ao futuro prefeito, do que havia sido feito até então, ou do que não havia, em matéria de urbanismo na cidade.

Sempre vivemos à matroca [sic] em questões de urbanismo.

As administrações que passam adotam ‘critério pessoal’, por assim dizer, sobre tão magno assunto.

A prefeitura despendeu vultosas somas com o contrato e os estudos do arquiteto Agache, no propósito de bitolar os vultos do progresso da nossa Capital à maneira por que o fazem as mais modernas e importantes metrópoles do mundo.

Como se sabe, porém, redundou em nada o plano traçado pelo conhecido urbanista francês.⁶⁶

E, dias depois, complementava: “Já dissemos aqui que o melhor programa de um novo prefeito seria fazer executar vários projetos de melhoramentos urbanos, deveras momentosos, mas mergulhados no fundo do tinteiro das boas intenções”.⁶⁷

Os problemas eram inúmeros e diversos e não era preciso ser um observador atento, tampouco especialista em urbanismo, para identificá-los. Os jornais destacavam diariamente o caos em que se encontrava a capital do país, reclamando do poder público não apenas as devidas e imediatas providências como também a elaboração de um planejamento que pudesse prever e, por conseguinte, evitar futuros tormentos. O aumento vertiginoso da população, a expansão vertical das habitações e horizontal para as Zonas Norte e Sul, o

⁶⁶ *Códigos de Obras*. *Jornal do Brasil*. 02 de julho de 1937. p. 6.

crescimento absurdo do número de veículos particulares e o inchaço de sua principal via de circulação, a Avenida Rio Branco, no centro da cidade, faziam com que qualquer melhoramento nesse sentido fosse bem-vindo.

A questão do trânsito ganhava destaque. A percepção de que a cidade já não mais comportava a quantidade crescente de carros, somada aos maus hábitos de motoristas e pedestres, os engarrafamentos cada vez mais enfadonhos e a falta de lugares pra estacionar davam o tom de uma cidade em que o planejamento urbano, efetivamente, ainda era um sonho. Com ironia, a revista *Careta* fazia uma comparação da situação da capital brasileira com a norte-americana e sugeria uma inusitada solução para o problema carioca:

O Rio de Janeiro conta atualmente cerca de 25.000 automóveis. Washington, a capital dos Estados Unidos, tem 100.000. Ora, sendo a população da capital americana de 500.000 mil habitantes, o Rio poderia possuir, na mesma proporção, 400.000 automóveis, admitida a população de 2.000.000 de habitantes. [...]

‘Estacionar lá se diz ‘to park’. Os carros ‘parkam’ ao largo dos passeios, mas deixam entre si (ao contrário do que aqui sucede) intervalos para passagem dos pedestres; não estacionam junto aos postes de parada de bondes nem dos hidrantes dos bombeiros. À porta dos hotéis é respeitado o espaço bastante para dois táxis que ficam à disposição dos hóspedes.

No andar em que nós vamos, a passagem de um para o outro lado das ruas [...] só poderá se feita, dentro em pouco, por meio de...saltos de vara. Esse processo, porém, tem o inconveniente de não poder ser utilizado por senhoras gordas e cavalheiros barrigudos.⁶⁷

No entanto, os acidentes no trânsito causados por imprudência, em alguns casos até mesmo por prepotência, eram os que mais preocupavam a população e as notícias sobre eles eram diárias. Ao que tudo indica, a inexistência de uma eficiente e severa legislação de trânsito somada à falta de guardas municipais e ao descaso da prefeitura eram seus principais agentes causadores. A ponto de, em um único dia, o Jornal do Brasil, em sua coluna *Na polícia e nas Ruas*, anunciar cinco chamadas de acidentes envolvendo automóveis: “Os anos passam e as vítimas ficam”; “Outra vítima dos automóveis”, “Uma criança morta por automóvel”; “Uma desconhecida morta por automóvel”; “Um menino atropelado e morto por um automóvel”.⁶⁸

⁶⁷ *O que estava no fundo do tinteiro*. Jornal do Brasil. 24 de julho de 1937. p.6

⁶⁸ *Isso não se faz!...O atravancamento urbano*. Careta, 03 de julho de 1937.

⁶⁹ *Na polícia e nas Ruas*. Jornal do Brasil. 05 de janeiro de 1941.

Assim, o automóvel adquiria um duplo e curioso papel. Por um lado, era visto como fator de progresso da capital brasileira e, por conseguinte, do país, gerando bem-estar para as famílias mais abastadas e até mesmo para membros da classe média carioca. Por outro, mostrava o quão relativo era esse progresso, pois as ruas da cidade não estavam preparadas para tantos veículos e nem sua legislação previa os problemas de tamanha circulação. Sobre as mortes causadas por automóveis na década de 20, o historiador alemão Hans Ulrich Gumbrecht nos fala sobre o medo generalizado nas ruas e o ressentimento causado entre as classes sociais pela utilização crescente dos automóveis.

Os jornais e revistas estão repletos de relatos detalhados de acidentes, frequentemente acompanhados de fotografias dramáticas de batidas e vítimas [...]. Diferentemente dos acidentes aéreos, que os jornalistas apresentam como exemplos de heroísmo e tragédia, o cenário recorrente na cobertura de acidentes automobilísticos envolve agressores e vítimas. Porque, pelo menos na Europa, os automóveis evocam fortes sinais de ressentimento social.⁷⁰

E, ao que parece, aqui também. De toda forma, os relatos no Rio de Janeiro, além de muitos, são também dramáticos como esse, por exemplo: “não é possível cruzar os braços diante do estropiamento de criaturas, vítimas da insensatez de condutores de veículos, que não têm amor à vida do próximo e desrespeitam acintosamente leis e regulamentos a que devem obediência”.⁷¹

Desde pelo menos o início do século XX, a questão habitacional no Rio de Janeiro afetava em muito a população carioca menos abastada. Às obras empreendidas pelo prefeito Passos no centro cidade, que também tinham como objetivo reservar essa área a uma elite aburguesada, seguiram-se outras como o desmonte do Morro do Castelo, no início da década de 20. Com as desapropriações e o encarecimento do solo urbano na região central da cidade, boa parte dessa população não tinha outra alternativa senão migrar para a Zona Norte e para os subúrbios, dependendo cada vez mais do transporte público para se locomoverem até o Centro.

Mas o transporte público também não ficava atrás em matéria de falta de planejamento, desorganização, ineficiência e, particularmente, desconforto.

⁷⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp. 46-47.

⁷¹ *Os atropelamentos*. Jornal do Brasil - 11 de maio de 1944. p.6.

Utilizando-se principalmente de ônibus e bondes, a população carioca reclamava do tempo excessivo que levava para ir de um ponto a outro da cidade, principalmente por causa dos engarrafamentos e da carência de vias largas de circulação.

- Meu Deus! Que viagem demorada!

É comum a quem viaja de bonde ouvir essa exclamação de passageiros apressados que têm hora marcada no emprego, onde o relógio do ponto jamais trabalha de acordo com o relógio do funcionário.⁷²

Como não bastasse a lenta viagem, frequentemente os passageiros ainda eram obrigados a conviver com a lotação acima do tolerável e do suportável, além da sujeira no interior dos veículos, o que contribuía para o aumento da sensação de descaso do poder público municipal, que concedia às empresas privadas, notadamente à *Light*, as mais inusitadas medidas para contornar a deficiência do transporte.⁷³ É com indignação que o *Jornal do Brasil* denunciava esses abusos:

Atendendo à deficiência de transportes, as autoridades resolveram permitir o aumento da lotação dos ônibus. Assim, cada ônibus pode transportar mais oito passageiros, que viajam em pé. [...]

É, repetimos desaconselhável a adoção da referida medida, de vez que, não produzindo nenhum resultado prático que beneficie o público, ao contrário, concorrerá para maior desconforto e insegurança dos passageiros.⁷⁴

Com efeito, a qualidade dos serviços não era a mesma para todas as camadas da população, principalmente no que diz respeito às condições de limpeza e higiene. Os bondes que iam para a Zona Sul pareciam muito melhor cuidados do que aqueles que serviam a outras regiões da cidade e, de acordo com o artigo a seguir, assinado pelo diretor responsável da revista *Careta*, Robert Schmidt, a responsabilidade não recaía apenas sobre os maus hábitos da população:

⁷² *A Questão dos Passes*. *Jornal do Brasil* - 4 de junho de 1944. p.6.

⁷³ Sobre a questão do transporte público na cidade do Rio de Janeiro ver SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os Transportes Coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

⁷⁴ *Mais de oito em pé, não!* *Jornal do Brasil* – 05 de maio de 1944.

Em todas as grandes metrópoles do mundo, as companhias que obtiveram concessão para a exploração de transportes públicos são obrigadas a proporcionar aos seus habitantes asseio, conforto e bem-estar, de acordo com os preceitos fundamentais da higiene, porque a qualidade e o estado dos veículos que as servem são um índice do seu progresso. Infelizmente, o que se observa a respeito nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é lastimável. Os bondes que transportam os cariocas, com exceção apenas daqueles que servem os bairros de Copacabana e Ipanema, são a última palavra em matéria de imundícia. São tão sujos, tão ascorosos [sic], tão cuspidos e escarrados que podem ser comparados a escarradeiras ambulantes.⁷⁵

Portanto, ao levarmos em conta condições higiênicas em que se encontravam os bondes e, também, a própria cidade do Rio de Janeiro em finais dos anos 30 e início dos 40 do século passado e ao atentar para suas descrições e relatos indignados em jornais e revistas, percebemos que o desenvolvimento urbano da capital do país estava aquém do esperado pela sociedade.

Muito embora as principais reclamações girassem em torno da questão do trânsito, a situação de ruas e prédios da principal região da cidade, o Centro, também era alvo de críticas por parte dos jornais. A aglomeração de habitações populares com poucas condições de salubridade, a duvidosa conduta moral da população que residia em prédios muito antigos e, portanto, a necessidade de investir nessa região com o intuito de torná-la apazível aos olhos do que se imaginava moderno e elegante tornavam-se uma exigência.

Não se diga que as ruas das Marrecas, Maranguape, Arcos, Senador Dantas e Evaristo da Veiga deixem de estar localizadas em áreas de enorme valorização.

Seria crucial, portanto, que à margem dos seus passeios fossem erguidos altos edifícios com amplas lojas para negócios e muitos apartamentos destinados a habitação, pois o capital investido em tais construções seria fartamente reprodutivo.

Que se vê, no entanto, em abundância?

Prédios velhos – térreos ou com um só andar -, habitações coletivas de uma sordidez sem nome, e botequins e casas de refeições a desafiarem as mais comesinhas exigências de regulamentos sanitários.

Quanta coisa a Cidade Maravilhosa está exigindo da iniciativa particular e dos poderes públicos!⁷⁶

Percebe-se, pois, que a discussão em torno da necessidade de melhoramentos urbanos para o Rio de Janeiro estava na ordem do dia. A *Cidade Maravilhosa* padecia de males que exigiam inadiáveis respostas do poder público.

⁷⁵ *Os Bondes da Light* – Careta – 18 de janeiro de 1941 – p. 17.

E era assim que os meios de comunicação o percebiam. Qualquer reforma urbana exigia a iniciativa política da prefeitura municipal, apoiada pelo governo federal, e da iniciativa privada em termos de disponibilidade de capital e investimentos. Nota-se que o planejamento urbano transformou-se também em uma questão ética, na medida em que se discutiam os problemas do tráfego, atribuídos em grande parte ao mau comportamento dos motoristas, a sujeira nas ruas e bondes, assim como sua superlotação, e, sobretudo, na exigência de se fazer jus aos gastos que a prefeitura havia despendido para a elaboração de projetos para a cidade que nunca chegaram a concretizar-se.

E foi justamente em meio a essa demanda por parte da sociedade que o prefeito Henrique Dodsworth restabeleceria a *Comissão do Plano da Cidade*. Não há dúvida de que os projetos que seriam elaborados por aquela *Comissão* não estavam absolutamente pairando no ar. Antes disso, eles tinham a anuência e o apoio de boa parte da sociedade. No entanto, isso não impede que se discuta em que medida essas obras atenderam efetivamente as demandas dos cariocas por planejamento urbano e, mais do que isso, que se reflita sobre as implicações de tais obras para o desenvolvimento urbano e para a imagem do Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal.

3.3.

“Não havia grita...”

Henrique Dodsworth mostrou-se disposto a empreender um grande projeto urbanístico, atuando em diversas regiões da cidade e levando em consideração planejamentos anteriores a sua administração. A demanda por reformas urbanas, exposta à exaustão nos principais meios de comunicação que circulavam pela cidade, transformar-se-ia em política urbana em sua administração. Com esse intuito, foi de fundamental importância o restabelecimento da *Comissão do Plano da Cidade* em 1937, que havia sido criada pelo prefeito Adolfo Bergamini e, logo em seguida, revogada pelo prefeito Pedro Ernesto.

A *Comissão do Plano da Cidade* estava diretamente vinculada à *Secretaria Geral de Viação e Obras* da prefeitura do Distrito Federal. Enquanto aquela ficava encarregada de elaborar os projetos, esta era responsável por

⁷⁶ “Cravos” num lindo rosto... Jornal do Brasil – 01 de janeiro de 1937. p.6.

angariar os recursos necessários e colocar em prática a execução das obras. Composta basicamente por técnicos da prefeitura, a *Comissão* tinha como principal atribuição avaliar o antigo *Plano Agache* e, a partir daí, elaborar novos projetos para a cidade. O órgão dividia-se em duas partes, a *Comissão de Elaboração*, cujos membros eram os engenheiros da própria prefeitura e a *Comissão de Colaboração*, cujos projetos eram elaborados por técnicos não ligados diretamente à prefeitura. No entanto, em suas memórias, José de Oliveira Reis esclarece que, “como a *Comissão de Colaboração* foi se extinguindo naturalmente – por falta de colaboração, vamos dizer assim -, ficou só a de *Elaboração* [...]”.⁷⁷

A concentração do poder de decisão nas mãos da prefeitura era a regra para a elaboração dos projetos. E isso era facilitado por conta do momento político em que vivia o Brasil. Durante o Estado Novo, a aprovação de obras para o Distrito Federal dependia, em primeira e última instância, da vontade do executivo federal na figura do próprio presidente Getúlio Vargas. Planejamento era palavra de ordem e instituída pela ordem. Novamente, José de Oliveira Reis lembra que “durante o período da ditadura não tinha Câmara, não tinha ninguém pra atrapalhar – nem deputados, nem vereadores -, de modo que a obra era de mais fácil execução, só precisava da autorização do presidente da República e de dinheiro”.⁷⁸ Em suma, “como era ditadura, não havia grita. Não podia gritar coisa nenhuma, porque tudo era feito de acordo com o que o governo queria”.⁷⁹

O papel do Estado Novo na organização das cidades e do Rio de Janeiro em especial era inquestionável, pois, para esses engenheiros, a questão do planejamento urbano deveria ser resolvida a partir de uma consciência urbanística que atingiria a sociedade verticalmente, de cima para baixo. Os engenheiros chamavam a atenção do Estado até mesmo para o descaso de alguns governantes em relação à desordem da cidade. Em artigo, o engenheiro José Estelita, então diretor das *Docas do Porto do Recife* e Professor das Escolas de Engenharia e Belas Artes do Recife refletia: “trata-se de um problema educacional, só se podendo conseguir resultados proveitosos com uma doutrinação lenta e

⁷⁷ FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.17.

⁷⁸ IDEM, *ibidem*. p.19.

⁷⁹ IDEM, *ibidem*. p.24.

continuada, que tenha por fim educar em primeiro lugar os nossos dirigentes. Sem a educação dos dirigentes nacionais nada se conseguirá”.⁸⁰

O planejamento urbano como uma questão de disciplina e ordem na cidade fica patente. Em outro artigo novamente José Estelita chamava a atenção e convocava o Estado Novo para instituir a ordem urbana no país:

O Estado Novo precisa mudar essa situação. Antigamente, antes do golpe de 10 de novembro de 37, dominava a politicagem nas cidades, e onde a politicagem medrava e se desenvolvia não podia existir disciplina e respeito às leis. A indisciplina urbana era um reflexo da indisciplina geral da cidade.⁸¹

De acordo com Angel Rama, a concepção de uma cidade ideal que suprimisse uma determinada realidade física, impondo, de cima para baixo, à dinâmica social uma ordem racional e racionalizante, que primasse pela disciplina e pela ausência de questionamento ao poder político dominante, é uma característica das cidades latino-americanas desde a colonização desse continente. Segundo o autor, isso fez com que essas cidades nascessem de um “parto da inteligência”.⁸² E, para tanto, o planejamento contribuiu de maneira decisiva.

O plano foi desde sempre o melhor exemplo de modelo cultural operativo. Atrás de seu aparente registro neutro do real, insere o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir de suas proporções, próprias de modelo reduzido.⁸³

Em 1939, a *Revista Municipal de Engenharia*⁸⁴ anunciava com entusiasmo os projetos cuja elaboração ficava encarregado o novo órgão da prefeitura:

Novamente a cidade espera grandes benefícios, com a nomeação para prefeito do Dr. Henrique Dodsworth, conhecedor que é das necessidades da cidade.

Auxiliado pelo Dr. Edson Passos, seu secretário Geral de Viação, pretende cuidar da cidade. Foi nomeada uma comissão do Plano da Cidade [...]⁸⁵

⁸⁰ *Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo: impressões do representante pernambucano*. Jornal do Brasil – 20 de janeiro de 1941.

⁸¹ Jornal do Brasil – 3 de janeiro de 1941.

⁸² Ver RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁸³ IDEM, ibidem. p. 30.

⁸⁴ Em circulação desde 1932, a referida revista, cujos “artigos assinados não possuem necessariamente caráter oficial”, não tinha uma periodicidade regular e continha artigos variados, de autoria de técnicos vinculados diretamente à prefeitura e também de colaboradores, que iam desde questões puramente técnicas à discussões sobre a importância do planejamento urbano para o bem-estar do homem e da sociedade, passando por comparações com o que vinha sendo feito em outras cidades no exterior. Seu público, no entanto, parecia ser composto apenas de seus próprios pares, não indo além dessa fronteira.

Cuidar da cidade significava, nesse contexto, ser sensível às demandas por melhoramentos em seu meio físico. Retomar o projeto do *Plano da Cidade* era mostrar-se “conhecedor” de suas necessidades mais prementes. A prefeitura se apropriava das expectativas da cidade.

O diagnóstico da cidade feito pela *Comissão* tinha por base os problemas que já eram amplamente noticiados nos jornais e revistas e, portanto, já eram de conhecimento da sociedade carioca. O Rio de Janeiro, agora visto como um organismo, padecia de males da circulação, leia-se tráfego urbano, provocados em grande medida pelo seu crescimento acelerado.

A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas tem desenvolvido sua atividade técnica e administrativa em todos os setores de suas múltiplas atribuições procurando realizar, dentro dos recursos financeiros de que dispõe, obras de caráter urgente e inadiável, tendo em vista principalmente o que diz respeito ao tráfego urbano e o crescimento rápido da cidade [...].⁸⁶

É de se notar também que as “obras de caráter urgente e inadiável”, por mais que tivessem em vista um alvo preestabelecido, atingiam vários outros aspectos da cidade. Aos olhos dos técnicos da prefeitura, os alvos não eram mais encarados de maneira fragmentada. Atingindo um problema urbano, atingiam-se todos direta ou indiretamente. Era como se a cidade fosse analisada de longe, em um nível macro e, por vezes, ideal. As partes não tinham sentido a não ser como constituintes do todo. As melhorias na *urbe*, entendida como o meio físico da cidade, implicavam também em melhorias no meio social e nos demais serviços públicos da prefeitura, como educação e saúde.

Pode-se dizer que a execução dos melhoramentos públicos criam os meios de manter os hospitais e escolas, dois ramos da atividade da Prefeitura – a Educação e a Saúde do povo – e de tão transcendente alcance social que é imprescindível começar por aqueles para mais depressa se atingir ao pleno desenvolvimento destes, como acertadamente o compreendeu a Alta Administração Municipal.⁸⁷

⁸⁵ Revista Municipal de Engenharia, Março de 1939. p.152.

⁸⁶ *Atividades e Realizações da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas – Julho de 1937 a julho de 1939.* p.365.

⁸⁷ IDEM. p. 365.

Questões de caráter histórico também constituíam aspectos importantes na análise dos urbanistas cariocas. Ao contrário do período Passos, não havia aqui menção ao intuito de apagar da cidade seu passado colonial, embora também não houvesse nada que demonstrasse o desejo de preservá-lo, mas tinha-se plena consciência da historicidade das dificuldades pelas quais passavam o Rio de Janeiro naquele momento. Em artigo, o engenheiro Jeronimo Cavalcanti, professor de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal, analisava:

Herdamos uma cidade de gênese inteiramente alheia à realidade presente, isto é, uma cidade que se formou através de razões históricas, de necessidades estratégicas frente à ameaça do autóctone, e que, súbito teve de adaptar-se aos novos tempos – ao automóvel e ao arranha-céu – dois grandes fatores congestivos do tráfego.⁸⁸

Se a cidade precisava se adaptar aos novos tempos, conjunto era a palavra-chave. A prefeitura, através de seus órgãos competentes e seus técnicos, chamava para si a responsabilidade de intervir nessa situação.

Penso que só um plano de conjunto – e só um plano de conjunto – em correspondência com as correntes periferia-centro e vice-versa se poderá descongestionar o tráfego, porque não há pedestre por mais educado que seja, mesmo os dotados de paciência de Jó [sic], que possa esperar minutos e minutos, que a onda motorizada [sic] lhe dê passagem, se esta onda não pode movimentar-se, em virtude de interrupções à distância, que se refletem em toda a corrente, precisamente pela falta de coordenação entre as várias seções de escoamento – consequência inevitável da falta de um plano de conjunto.⁸⁹

Naturalmente, críticas também surgiram. Para alguns engenheiros, muitos projetos careciam de bom senso, por isso, era preciso cautela. Planos mirabolantes e fórmulas extravagantes poderiam fazer com que a situação da cidade piorasse ainda mais.

Em outro artigo, publicado em 18 de janeiro de 1941, o engenheiro e professor da Universidade do Distrito Federal, Jerônimo Cavalcanti, fazia ressalvas:

No Brasil, em matéria de cidades, tem havido muita fantasia e grande divagação, tal a de fazer urbanismo pirotecnice, urbanismo sumptuário e irrealizável, fogo de vista espetacular que de certo deslumbra e encanta, mas no final deixa apenas a fumaça

⁸⁸ *Idéias Gerais sobre um Plano de Descongestionamento do tráfego no Rio*. Revista Municipal de Engenharia. Julho de 1939. pp. 444-445.

⁸⁹ IDEM. p.452.

informe e o tênue papel queimado a que se reduz. Nada de planos apressados feitos sob estímulo de uma vaidade, porque urbanismo mal feito só serve para desmerecer uma sciencia e arte, que no Brasil precisa, antes de mais nada, de crédito, uma vez que nos bate à porta e, insistentemente, pede-nos licença para entrar.⁹⁰

Robert Pechman faz paralelo entre o detetive e o urbanista que aqui nos é caro. Segundo o autor, ambos os personagens têm a cidade como local de atuação e trabalham no sentido de desvendar seus mistérios e restabelecer a ordem urbana. Contudo, enquanto o detetive aceita a cidade como ela se apresenta aos seus olhos, isto é, a cidade real, com seus encantos e mistérios a serem desvendados, o urbanista impõe à cidade real uma cidade ideal que é fruto de seu próprio discurso. O urbanista não admite que uma cidade tenha percalços, mistérios, acaso, desordem.⁹¹

Os engenheiros que atuaram no período da administração Dodsworth também queriam eliminar não o passado, o presente ou futuro do Rio de Janeiro, mas sua historicidade. A idéia de eliminar a temporalidade da cidade é intrínseca ao discurso urbanístico da época e estaria presente no planejamento de qualquer cidade. Todavia, na capital essa pretensão ganhava proporções monumentais, sobretudo porque se interligava com um projeto político que suspendia o tempo diacrônico: “os projetos de hoje estão apenas ampliados na escala correspondente a esta época de progresso vertiginoso e dinamismo nunca sonhados no passado, nem mesmo pelos de maior visão do futuro”.⁹²

3.4.

Um título para o texto das obras.

Os projetos eram muitos. A cidade exigia melhoras e aguardava ansiosa pelo início dos trabalhos. A prefeitura dispunha de apoio do governo federal, recursos técnicos e financeiros, profissionais capacitados e dispostos a consolidar suas posições de especialistas da cidade e a fazer o do Rio de Janeiro, finalmente, uma metrópole moderna, reafirmando seu papel de vitrine da nação e, como não havia “grita”, as obras logo começaram.

⁹⁰ Jornal do Brasil – 18 de janeiro de 1941.

⁹¹ Ver PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Apesar das muito diferentes circunstâncias históricas, de acordo com Vera Resende, “reproduz-se, na época do Estado Novo, uma fase de obras comparável à do início do século, como resultado da centralização do poder de decisão e de investimento”.⁹³ Mais do que isso, o prefeito Henrique Dodsworth desejava, na verdade, completar uma obra que teria se iniciado com Pereira Passos. Os engenheiros da prefeitura estavam convictos de que transformariam a feição da cidade, dando-lhe forma e sentido definitivos. A busca pela monumentalidade e o anseio por glória davam o tom do discurso.

Do Sr. Henrique Dodsworth, que está, com patriotismo e inteligência, realizando, é lícito esperar muito, para que, daqui a quatro anos, executado o programa, parodiando os conterrâneos de Ciro, exclamar:

- Passos renovou a cidade; Frontin e Prado Junior a melhoraram. Henrique Dodsworth completou-lhe a obra. Glória a Henrique Dodsworth!⁹⁴

Os primeiros projetos foram apresentados ao público em geral, por meio de plantas, perspectivas e maquetes, na *XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro*⁹⁵, em 1938. Sua aprovação dependia apenas de uma resposta positiva dos governos municipal e federal. O destaque era dado, no Centro da cidade, à urbanização da *Avenida do Mangue*, e de seu prolongamento até o mar, que daria origem à *Avenida Presidente Vargas*, e da *Esplanada do Castelo*, ao desmante do *Morro de Santo Antônio* (que não foi realizado) e à construção da *Avenida-Parque* no bairro do Flamengo.

No entanto, algumas obras já vinham sendo realizadas desde o início da administração Dodsworth em 1937.

Assim, de começo, nos primeiros meses da nova administração, surgiram obras de vulto que empolgaram a população, já afeita à calmaria dominante. Foi com estrondo, na verdadeira acepção da palavra que se iniciou o segundo período revolucionário do

⁹² *A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro*. Revista Municipal de Engenharia. Novembro de 1938. PP.27-28.

⁹³ RESENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro*. In: *Cidade: História e desafios*/ Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.63.

⁹⁴ Rio Ilustrado – Junho/1941.

⁹⁵ *A Feira de Amostras* foi criada em 1927 pelo então prefeito Prado Junior e funcionava como “ponto de concentração da propaganda dos nossos variados produtos de toda espécie, contribuindo, praticamente, para estreitar mais as relações dos Estados entre si, e auxiliando ainda a ampliação destas relações com o estrangeiro”. In: REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1977. p.94.

Rio. [...] foi com estrondos de dinamite que se demoliram os dois prédios: o Cassino e o Teatro do Passeio Público [...]. Com a demolição se liberou o Jardim do Passeio Público dos dois edifícios que o separavam da Avenida Beira-Mar, e se deu lugar à Rua Mestre Valentin, onde se desviou a linha de bonde da Rua do Passeio. Alargou-se com a nova pista a Rua Luís de Vasconcelos, que passou a ser avenida à custa do jardim privativo do Palácio Monroe, do qual se retiraram as grades. Com isso, ganhou a cidade mais uma avenida e um jardim público.⁹⁶

À região central estava reservada a parte mais substancial dos projetos, principalmente com a abertura da *Avenida Presidente Vargas*, iniciada em 1941 e concluída em 1944.

A nova avenida impressionaria antes de qualquer coisa por sua monumentalidade: “a extensão do trecho efetivamente aberto da Avenida entre a Rua Santana e Avenida Perimetral, é de 2.040 metros e o comprimento total até a Praça da Bandeira, com a incorporação das Avenidas do Mangue e Lauro Muller, de 3.897 metros”.⁹⁷ Mais do que isso, impressionava também por seu eixo longitudinal, uma vez que a outra principal avenida, a Central, estava disposta em eixo latitudinal, a exemplo da antiga Rua da Direita: “a Avenida Presidente Vargas constitui, no conjunto do Plano Diretor, o mais importante eixo longitudinal da cidade”.⁹⁸ De toda forma, a Vargas abriria passagem desde o antigo Cais dos Mineiros – atual Arsenal de Guerra da Marinha – até a Praça da Bandeira em linha reta com intuito, agora, de ligar a Zona Norte da cidade ao Centro.

José de Oliveira Reis conta como teria sido tomada a decisão de se colocar em prática as obras de abertura da Vargas:

“Mas vale a pena registrar um detalhe importante: Henrique Dodsworth não tinha muita convicção da execução da avenida porque o vulto da obra era realmente muito grande. Mas o presidente da República se interessou pela obra a partir de uma visita à Feira de Amostras, onde havia um estande da Secretaria de Viação e Obras com todo o projeto da Avenida Presidente Vargas, inclusive uma perspectiva muito bonita feita pelo arquiteto Nelson Muniz Naves, como o nome da avenida. O presidente olhou para a perspectiva, virou-se para o prefeito e disse: ‘Dr. Henrique, vamos fazer essa avenida’.”⁹⁹

⁹⁶ REIS, José de Oliveira. Op. Cit. p.110.

⁹⁷ Revista Municipal de Engenharia. Jul/out. de 1944. p. 105.

⁹⁸ IDEM. p.100.

⁹⁹ FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 24.

Ainda que o ocorrido em questão possa ter acontecido de maneira um tanto mais complexa do que sua narrativa, o “detalhe” que ele nos revela é bastante significativo para mostrar o quanto a figura do presidente intervinha diretamente nas decisões de caráter apenas aparentemente urbanísticas. Nesse sentido, reafirmava-se o papel do Rio de Janeiro de cidade-capital, o que se refletia em uma preocupação recorrente de impor a cidade uma ordem local que se projetasse e confundisse com a ordem nacional.

A abertura da nova avenida implicou, naturalmente, a desapropriação e demolição de praças, igrejas e de diversas casas em uma região bastante habitada por pessoas das mais variadas classes sociais, forçadas a migrar para outras regiões. Boa parte da população mais abastada que ali vivia passou a ocupar os mais modernos arranha-céus de Copacabana e arredores, enquanto a população mais pobre fora novamente a mais afetada, de maneira que a década de quarenta assistiu ao período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro.¹⁰⁰

Novamente, José de Oliveira Reis explica como era o trâmite entre desapropriação, indenização e realização das obras dessa e de outras avenidas.

Nós fizemos a desapropriação do eixo central, do casario que corresponde exatamente às pistas de rolamento e à parte lateral, para não fica com aquela série de prédios com testada muito pequena. [...] Feita a desapropriação, constituímos então uma série de lotes, chamados lotes urbanizados. Para cada lote foi emitido um título, chamado de Obrigação Urbanística do Rio de Janeiro, com a caução do Banco do Brasil. O título tinha o valor do lote e não podia ser vendido separadamente. Formou-se então um grande volume, na ocasião era muito dinheiro, cerca de 500 e tantos mil contos de réis. Com esse dinheiro a prefeitura pôde pagar uma parte da desapropriação e executar as obras de viação [...]. O Banco do Brasil ficou com esses títulos caucionados, de modo que qualquer lote só era vendido por seu intermédio. O banco se ressarcia do empréstimo, e o lucro que obtivesse no leilão do lote era revertido então ao tesouro da Prefeitura.

Às demolições seguiu-se a especulação imobiliária, tornando muito cara a vida no Centro e arredores, até mesmo para uma população de rendimentos medianos, que se transferiu para alguns bairros da Zona Norte.

Também o contexto internacional emergia como um elemento importante nesse processo. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) facilitou econômica e

¹⁰⁰Ver ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit.

financeiramente os planos de Vargas. De acordo com Evelyn Furquim Werneck Lima,

O mundo estava à beira de uma guerra mundial e os capitais nacionais iriam dispor de excedentes. Vargas sabia que, de certa forma, o investimento em terras urbanas poderia representar uma alternativa de aplicação de recursos. O solo urbano passou a ser visto como mercadoria que, nas áreas mais centrais da cidade, seria disputada, principalmente pelas sedes do poder econômico e pelas novas instituições expressivas do poder público, que utilizariam a terra para divulgar uma imagem de prestígio [...] O Estado estava interessado em atrair capital disponível para estas novas áreas de expansão da cidade, que lhe permitiriam majorar a arrecadação de impostos e simultaneamente simboliza sua grandiosidade.¹⁰¹

Portanto, a nova e caríssima mercadoria chamada solo urbano implicou, na prática, em certo esvaziamento habitacional por onde a Vargas abria passagem e nas regiões localizadas em seu entorno. E isso contrastava com o espetacular crescimento demográfico vivido pela cidade no mesmo período. Já na década de 1950, em relação a 1900, a população da cidade havia quadruplicado, passando de 811.443 para 3.307.163 pessoas:

...houve um acréscimo de população estrangeira fugindo de duas guerras e de perseguições políticas e religiosas da Europa, assim como da população operária, vinda do centro e do norte do País, atraída por melhores salários à procura de mão-de-obra. Por motivo da carência de áreas residenciais de preço acessível na proximidade dos locais de trabalho, e do custo crescente do transporte urbano, multiplicaram-se as favelas em quase todos os morros e baixadas alagadiças, criando novos e terríveis problemas à comunidade.¹⁰²

A urbanização da Esplanada do Castelo era outra obra que seria executada pela prefeitura que tinha um claro viés nacional. O Morro do Castelo havia sido arrasado pelo prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), por ocasião da comemoração do centenário da Independência. Símbolo de um passado colonial que se desejava apagar, a destruição do Morro representava mais um passo na dura tentativa alçar o país à modernidade através do embelezamento de sua capital.¹⁰³

No entanto, o espaço deixado pela ausência do Morro ainda não havia sido devidamente urbanizado e a idéia era “estabelecer nessa região o Centro Administrativo da República, formando uma praça monumental, com edifícios

¹⁰¹ LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990. p. 29.

¹⁰² “As Grandes Reformas”. *Jornal do Brasil* – 7 de abril de 1965. p. 53.

¹⁰³ Ver KESSEL. Op. Cit.

projetados em blocos, com áreas abetas, sendo reservados espaços para o estacionamento e previstos jardins separando os blocos entre si”.¹⁰⁴ O que, segundo José de Oliveira Reis, “deu vida nova a toda a área do Castelo, que até 1938 permanecia praticamente deserta. Nos anos seguintes, aumentavam o número e o volume das construções, e com isso o valor dos terrenos”.¹⁰⁵

Com efeito, várias outras obras, em toda a cidade, foram colocadas em prática, como o início da construção da *Avenida Brasil*, assim como outras ficaram apenas no papel, por exemplo, o desmonte do Morro de Santo Antônio.¹⁰⁶

No entanto, levando em consideração o argumento desses engenheiros, uma outra direção se nos impõe automaticamente através da seguinte questão: uma vez que se percebe claramente a arbitrariedade na elaboração dos planejamentos, somada à concentração de decisões a partir de um Estado ditatorial que tinha a “ordem” urbana como questão, em que medida poderíamos afirmar que a *Comissão do Plano da Cidade* agia de acordo com os preceitos do urbanismo? Em outras palavras, até que ponto o novo discurso sobre a cidade, dito urbanístico, da maneira como ele fora apreendido por esses engenheiros, se diferenciava das intervenções urbanas feitas sob a administração de Pereira Passos?

Se os técnicos da prefeitura se utilizavam do urbanismo e, por conseguinte, tentavam marcar sua diferença, especificidade e avanço em relação ao que havia sido proposto para na urbe do Rio de Janeiro até então, na prática as reformas empreendidas durante o período analisado por nós, a despeito de sua pretensão e comprometimento científico, parecem ter tido um efeito muito semelhante ao do início do século: a (re)afirmação da intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro encarnada em seu próprio espaço físico. Em suma, as reformas empreendidas por Dodsworth faziam parte de uma intervenção maior, de ordem política, que se relacionava a uma postura do governo federal de “sufocar” a autonomia política local, o que seria justificado junto à população através das benesses que a cidade receberia. Nesse sentido, a *Avenida Presidente Vargas*, que

¹⁰⁴ A *Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro*. Revista Municipal de Engenharia. p. 28.

¹⁰⁵ REIS, José de Oliveira. Op. Cit.. p.111.

¹⁰⁶ IDEM, *ibidem*.

já nasceu com esse nome, em pleno “coração da *urbe*”, poderia muito bem ser o título do texto que se pretendeu escrever na cidade.

4

Impressões, memórias, metáforas: a legibilidade da urbe através de seus fragmentos.

Foram muitos os impactos provocados pelas intervenções urbanas durante a administração Dodsworth. As mudanças na fisionomia da urbe carioca foram acompanhadas de transformações na maneira com que se passou a sentir e enxergar a cidade em uma dimensão mais ampla, e não apenas como espaço físico. Em certa medida, essa outra percepção do Rio de Janeiro foi impulsionada justamente pelas reformas de caráter urbanístico planejadas pelos técnicos da prefeitura.

Não queremos com isso defender a idéia de que a partir desse momento o Rio de Janeiro surgiria novo, ou absolutamente diferente. Antes disso, reconhecemos que a cidade passou por um intenso período de transformações em sua malha urbana muito anterior às sofridas durante o recorte em questão. Sabemos também o quanto essas intervenções urbanas continham, na verdade, o desejo de propulsionar um frágil ideal de modernidade, buscando inspiração nos hábitos tidos como civilizados porque europeus e, mais tarde, também norte-americanos.

Nossa preocupação aqui é tão-somente tentar apreender, por um lado, o que poderia haver de peculiar à dinâmica urbana nesse momento e, mais do que isso, gerada nele. Essa empreitada se justifica, ao nosso olhar, devido à magnitude das obras que recaíram no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Por outro lado, propomo-nos justamente a tentar enxergar, por baixo dessa camada de historicidade, possíveis continuidades nesse movimento, a despeito das formas aparentemente novas da cidade.

Já que tentamos observar a cidade a partir dos olhares sobre ela, num primeiro momento tomamos algumas crônicas como meio chegar ao nosso objeto. Partimos, sobretudo, de crônicas que foram escritas posteriormente ao ano de 1945 e, conseqüentemente, à administração Dodsworth. O que pode parecer uma

falha metodológica, pôde nos levar, curiosa e justamente, às transformações experimentadas pela cidade entre as décadas de 30 e 40 do século passado.

Primeiramente porque algumas dessas crônicas tratam do tema de maneira objetiva. Outras, no entanto, e isso nos parece particularmente interessante, apenas sugerem que a cidade do Rio de Janeiro havia se transformado de maneira tal que, dali em diante, restaria apenas uma atmosfera de nostalgia em torno de um tempo em que ainda era possível vislumbrar alguma autenticidade na dinâmica das ruas cariocas.

Nesse sentido, o cronista Marques Rebelo nos oferece um material interessante, quando, utilizando-se da memória, fala, por exemplo, dos impactos da construção da Avenida Presidente Vargas ou quando tenta reconstruir uma unidade urbana a partir do recolhimento de vestígios de uma cidade que já não se deixava apreender em sua totalidade. Não foi de nosso intento fazer uma análise profunda sobre as estratégias narrativas do autor carioca em questão, mas apenas, através das crônicas escolhidas por nós, tentar fazer emergir essa sensação de que a cidade teria experimentado um silêncio durante o período do Estado Novo.

Seguindo adiante, tomamos alguns artigos de jornais para mostrar o quanto, ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro dialogou com novas influências e se transformou a partir delas. No contexto da Segunda Guerra Mundial, a influência cultural norte-americana contrastava com a tentativa de se construir a nacionalidade, para a qual a capital do país deveria ser levada em consideração. Ao mesmo tempo, a americanização de certos hábitos e costumes, somados à utilização cada vez mais intensa do espaço da praia como lazer, gerava ambigüidades desconcertantes. O que os jornais identificavam, nessa relação com a cidade, como um hábito de carioca moderno, também poderia ser visto como indício de uma cidade bárbara, não civilizada.

De toda forma, o foco pode ser deslocado rapidamente do moderno para o anacrônico e o indesejável. Nas ruas da cidade, antigos hábitos entendidos como vadiagem, desleixo, falta de postura são combatidos com fórmulas também nada originais, conhecidas principalmente pela população mais pobre desde as reformas de Pereira Passos. Por mais que esses sujeitos tenham sido obrigados a migrar para regiões cada vez mais distantes, sua presença se fazia sentir em toda a cidade, e mais ainda seus hábitos, de tal maneira que o contato era inevitável e, mais do

que isso, acabava por representar o encontro da cidade consigo mesma que, como num espelho invertido, se estranhava e não se reconhecia.

4.1.

Passeando pelas ruas da memória.

Entre as décadas de 1930/40, tornava-se bastante sensível a autonomia que boa parte dos bairros cariocas ia adquirindo em relação à região central da cidade. Essa região que, do ponto de vista urbanístico e cultural, havia sido transformada durante as reformas de Pereira Passos em ponto de convergência para o qual se confluíam todas as atenções e a partir do qual se irradiavam os hábitos modernos para todo o país, como quisera o governo republicano, embora tenha conservado sua importância, passava agora a conviver com outros pólos concorrentes. Copacabana, por exemplo, já vinha se destacando como uma espécie de sub-centro no que tange à oferta de comércio e serviços, como bem assinala Maurício de Almeida Abreu: “contrastando com as transformações rápidas que ocorriam na Zona Sul – especialmente em Copacabana – e em decorrência mesmo dessas transformações, a área central da cidade apresentou, nas décadas de 1930 e 1940, uma estagnação relativa”.¹⁰⁷

Esse movimento pode ser percebido em algumas crônicas da época. Em 1949 o cronista Gastão Cruls, em tom queixoso, observava que o avivamento dos demais bairros da cidade era acompanhado do “prejuízo do coração da urbe”, enfraquecido e batendo com uma frequência bem inferior em relação à *Belle Époque* e até mesmo o início da década de 1930:

... cada bairro vai fazendo vida própria, aumentando os recursos locais, fomentando o comércio, de tal modo que se baste a si mesmo e seja uma pequena cidade dentro da grande cidade [...]. Todavia, isso só se faz com prejuízo do coração da urbe, e tirante o pouquinho de gente que ainda se reúne à noite, mas nunca além de meia-noite, pela Cinelândia e arredores acabou-se de todo a vida noturna que o Rio possuiu.¹⁰⁸

Muito embora a expansão urbana, o surgimento de novas áreas habitacionais e a relativa autonomia dos bairros em relação ao Centro não fossem exatamente uma novidade a essa época, Cruls apontava para uma dinâmica de

¹⁰⁷ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*.

¹⁰⁸ CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

centrifugação da vida na cidade que era experimentada como fragmentação e que tinha, sem dúvida, estreita relação com as então recentes intervenções urbanas promovidas na administração Henrique Dodsworth.

Em bela crônica, Marques Rebelo usa de toda a sua ironia para construir uma história do Rio de Janeiro, tomando como base uma espécie de vocação para a expansão a partir de seu antigo ponto de fundação, o Morro do Castelo, que teria conquistado toda a região em seu entorno e formado assim a cidade:

[...] Mais fácil enfrentar com vantagem o assédio inimigo fincando-se a cidade no topo do morro. O Castelo era a cidade, que fortes muros encercavam.

Conjurado o perigo com a expulsão do invasor e a sujeição do último tamoio, o Castelo inicia a conquista de áreas planas. E escorrega lá do alto [...].

No entanto, a partir de uma rápida narrativa Rebelo (re)constrói o Rio de Janeiro de cuja temporalidade teria como motor e *télos* a expansão urbana para assim nos levar ao trágico mas esperado destino que se reservava ao próprio Morro do Castelo. Se a vocação do Morro, identificado com a própria cidade, era “escorregar lá do alto” para ganhar toda a área em seu entorno, não seria de se espantar que um dia o próprio Castelo viesse a ser o alvo da expansão. Assim, no início dos anos 1920, o então prefeito Calos Sampaio iniciou sua demolição para realizar ali a *Exposição do Centenário da Independência* em 1922, obra que teria ficado completa com a urbanização da *Esplanada do Castelo* empreendida por vinte anos mais tarde por Henrique Dodsworth:

As gentes do Castelo conquistam a várzea, vencendo brejos, pântanos, mangues e lagoas – desdobramento muito bem calculado dos seus projetos expansionistas, que não parariam nem mesmo quando, três séculos mais tarde, o crescimento da cidade exigiria o arrasamento do próprio morro [...].

Desconfio que ainda foi artimanha de Mem de Sá a luminosa idéia que nasceu na cabeça do carioca Henriquinho, que foi prefeito na década de 1940.¹⁰⁹

Na verdade, Marques Rebelo estava criticando a falta de sensibilidade dos prefeitos com relação à história e a memória da cidade, que teriam compreendido mal a vocação do Rio de Janeiro. Era como se eles tivessem tomado a expansão

¹⁰⁹ REBELO, Marques. *A expansão não pára*.

urbana como um fim em si mesmo, realizando obras que, ao fim e ao cabo, destruiriam a cidade ao invés de fazer com que ela se desenvolvesse levando em consideração suas particularidades, aquilo que enfim faria do Rio de Janeiro uma cidade única. Em outras palavras, as intervenções urbanas realizadas ao longo do período republicano, com destaque para os prefeitos Carlos Sampaio e Henrique Dodsworth (“Henriquinho”), antes de atender as demandas da urbe carioca, destruíam-na e a despojavam de sentido.

Certo é que o texto aqui em questão foi publicado na década de 1960, escrito a partir da memória afetiva do próprio autor. E isso pode nos parecer ainda mais interessante na medida em que era justamente nessa época que o Rio de Janeiro deixava a condição de capital federal, transferida para Brasília. Portanto, era também um momento de discussão e reflexão acerca do papel do Rio de Janeiro na federação e, conseqüentemente, de disputas em torno da construção de memórias para a cidade.

Aliás, observando os títulos de algumas obras escritas entre as décadas de 40 e 60 (*A aparência do Rio de Janeiro; O Rio de ontem e hoje; O Rio de Janeiro do meu tempo; Espelho Partido*), é interessante perceber como boa parte das crônicas fala de um Rio de Janeiro que seria como que (re)construído a partir da memória dos próprios cronistas ou tentam denunciar certa artificialidade gerada pelo projeto modernizador da cidade. É como se pairasse uma atmosfera de desencanto pelo que a cidade havia se tornado.

De certo modo, e nos arriscando nessa interpretação, pensamos que o historiador Antônio Edmilson Rodrigues, ao tomar o sentido contrário ao da memória dos cronistas que estavam escrevendo durante esse período, captou esse latente esfacelamento da cidade apontado acima. Através da combinação entre história e literatura, verdade e ficção, o autor leva o cronista João do Rio a fazer um passeio pela cidade após sua morte em 1921. Em descrição póstuma, João do Rio constataria que

A técnica superou a cultura. Rasgar a cidade, planejá-la, ordená-la de acordo com os traçados modernos, esse é o princípio inovador. O poeta sente as dores da alma da cidade diante dele, os gritos surdos das almas das ruas que vão sucumbindo ao progresso e à nova civilização, às vezes para nada, reflete João do Rio [...]

A sensação do poeta é de apavoramento e alegria: reconhece que morreu no tempo certo.¹¹⁰

Ao mesmo tempo, João do Rio também observaria que

Nas décadas de 50 e 60, a cidade volta a ser cantada em prosa e verso. Antônio Maria, Sérgio Porto, Nelson Rodrigues, Vinícius de Moraes, Antônio Carlos Jobim, o pessoal do Pasquim, da ‘república livre de Ipanema’ e muitos outros reconduzem a cidade ao seu devido lugar e tentam reconstruir sua alma.¹¹¹

Portanto, nas décadas de 50 e 60 a cidade era “reconduzida” ao seu devido lugar, “volta” a ser cantada, sua alma era “reconstruída”. O autor se utiliza de verbos cujo conteúdo semântico implica em uma idéia de retorno da cidade ao que um dia teria sido sua marca mais peculiar, um reencontro consigo mesma através de seus admiradores e construtores letrados.

Se, na virada do século XIX para o XX, João do Rio era o amante das ruas e construía daí sua leitura da cidade, sorvendo sua atmosfera, perambulando com inteligência, satisfazendo suas curiosidades, e fazendo suas observações *in locu*, se era enfim o *flâneur*¹¹² disposto a tornar perene toda a complexidade do cotidiano urbano em vias de extinção para dar lugar ao moderno, Marques Rebelo fazia parte de um tempo em que a “arte de flunar” já não era tão possível ou atraente, reconstruía sua cidade através de sua própria memória, tentando recolher o que ainda lhe havia sobrado da *alma*, mesmo após a intensa modernização homogeneizadora dos anos 30 e 40. Pois, de acordo com, Evelyn Furquim Werneck Lima, durante o Estado Novo, “o governo, sediado no Rio de Janeiro, aqui exerceu seu poder sobre o espaço, mais do que em qualquer época da história do urbanismo carioca”.¹¹³

À guisa de mais um exemplo, em *Fúria Urbanística*, Rebelo lamenta as transformações urbanas, para ele sem propósito, pelas quais a cidade passou, empreendidas durante a administração de Henrique Dodsworth. Aqui o autor escolhe como mote principal a abertura da Avenida Presidente Vargas e seus

¹¹⁰ RODRIGUES, Antônio Martins Edmilson. *João do Rio – A cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. pp. 120-121.

¹¹¹ IDEM, ibidem. p. 122.

¹¹² RIO, João do. *A Rua*. In: *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 28-52.

¹¹³ LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990. p.33.

impactos sobre a dinâmica urbana carioca, e reclama diante da impossibilidade de diálogo com os “poderes” e da passividade com que alguns setores da sociedade, com destaque para a Igreja Católica, teriam aceitado a passagem da Avenida.

Para que passasse – é um exemplo – a grandiosa Avenida Presidente Vargas, primeiramente derrubaram a igreja da Imaculada Conceição e a de São Domingos; nem os católicos reclamaram muito, nem a Cúria, eles crentes de que se tratava de progresso – e o progresso é natural, como canta o sambista –, ela satisfeita com os bagarotes das desapropriações, no fundo, um dez-réis de mel coado. [...]

Não adianta reclamar contra a transformação grosseira e desnecessária da fisionomia da cidade – da nossa cidade –, os poderes são surdos pensando que são sábios. Fomos de passo triste para as ruínas como quem visita um morto. Fomos sozinhos.¹¹⁴

Lamento e resignação, acompanhados de desconfiança em relação ao progresso, formam os sentimentos do cronista diante da “transformação grosseira” de sua cidade. E nesse sentido, Rebelo fazia coro com Noel Rosa, o sambista citado no texto. Mais do que notar uma mutação da fisionomia da cidade e acusar, principalmente, as intervenções governamentais por isso, podemos perceber que o autor queria denunciar aquilo que seria a perda de uma áurea urbana. Não é à toa que o autor ainda empreende uma série de outras crônicas com a intenção de reconstruir o que ainda teria sobrado de vitalidade no Rio de Janeiro, a partir de seus bairros: Vila Isabel, Santa Teresa...

De acordo com Renato Cordeiro Gomes, “o cronista resiste à destruição da aura da cidade porque quer o encontro com ela em cada uma de suas parcelas: cada uma é única em sua identidade. O Rio de Janeiro [...] era para Rebelo a cidade que ainda habitava os homens e era habitada por eles”.¹¹⁵ Poderíamos ir além e dizer que o empreendimento de Rebelo leva a emergência desses bairros como *lugares de memória*¹¹⁶, na acepção de Pierre Nora, ainda que esses lugares não comportem em si mesmos um passado isento de historicidade.

De toda forma, gostaríamos de propor o possível entrelaçamento desses textos com as mudanças da fisionomia da cidade nas décadas de 30 e 40 do século passado. Assim, poderíamos apontar para um tempo e uma temporalidade,

¹¹⁴ REBELO, Marques. *A Fúria Urbanística*. In: REBELO, Marques. *Coleção Melhores Contos*. Seleção e prefácio Renato Cordeiro Gomes. São Paulo: Global, 2004. p.23.

¹¹⁵ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. p. 109.

surgidas da tensão entre o *espaço de experiência* e do *horizonte de expectativa*¹¹⁷ do autor, que aparentemente só poderiam ser captados através da memória.

É notável que as crônicas brevemente analisadas aqui tentem também mostrar o preço pago pelo Rio de Janeiro enquanto cidade em nome da representação do Rio de Janeiro enquanto capital nacional que lhe havia sido imposta e que essas críticas coincidam num período durante e após a direta intervenção federal sobre a cidade.

Talvez por isso, em uma de suas últimas reflexões póstumas sobre a transferência da capital para Brasília, João do Rio

Reconhece que, se vivo estivesse, teria dúvidas em tomar partido pela manutenção da capital no Rio de Janeiro. Olhando a história da cidade, observa que grande parte dos problemas por ela vividos decorre exatamente de se ter transformado, em 1763, capital do país. Talvez, não sendo capital, se torne cidade.¹¹⁸

4.2.

As ambigüidades do moderno e o cotidiano de uma cidade seminua.

Ao analisar a relação entre a família e a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, a historiadora Rosa Maria Barbosa de Araújo demonstra que a modernização da cidade engendrou novas maneiras de estar e se relacionar com a rua. Os novos hábitos passavam pela prática do esporte, pela maior exibição do corpo, a tomada da praia como um lazer e participação das festividades coletivas, embora todas essas manifestações tivessem peso diferente para homens e mulheres.¹¹⁹

Quando observamos os jornais do período em questão, entre finais de 1930 e início de 1940, podemos perceber o quanto esses hábitos haviam se enraizado no cotidiano da cidade.

Os pavimentos térreos dos arranha-céus da Avenida Atlântica vão cada vez mais se povoando de *bars* ao ar livre, para onde afluem em massa, todas as noites, os que vão em busca de um pouco da brisa do mar alto.

¹¹⁶ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*.

¹¹⁷ Ver KOSELLECK, Reinhart. “*Espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*”: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

¹¹⁸ RODRIGUES, Antonio Martins Edmilson. p. 123.

¹¹⁹ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

Em muitas dessas *terrasses* [sic], onde se abancam em trajes consentâneos com a estação climática do momento os que se encharcam com os gelados de toda a espécie, tocam pequenas orquestras.

Domingo à noite, por exemplo, a nossa Avenida Atlântica fazia lembrar, pela sua animação, as mais famosas praias de banho da Europa.

O mesmo aspecto, estamos certos, apresentará dentro de pouco tempo a nossa praia do Flamengo, onde também já começam a surgir as confeitarias e *bars* bem montados, em condições de atender a uma clientela exigente.

Pela sua maravilhosa situação topográfica à beira da Guanabara e do Atlântico, o Rio está fadado, desde o Leblon até o Aeroporto Santos Dumont, a ter uma intensa vida noturna.¹²⁰

Se a vida noturna no Centro da cidade experimentava relativa estagnação, em outras áreas, os *bars* e *clubs*, somados ao prazer de desfrutar a vista do mar, funcionavam como um atraente ímã para o divertimento identificado com o moderno, cujo valor semântico nesse caso estava associado, ainda, ao ideal europeu de civilização. Assim era possível comparar qualitativamente a Avenida Atlântica com as praias da Europa e, visto sob esse aspecto, poderíamos inferir que o Brasil, através de sua capital, estaria correndo em paralelo com as capitais civilizadas do velho continente.

No entanto, a Europa não era a única referência moderna para os hábitos cariocas. Em finais de 1930 e início de 1940, Brasil e Estados Unidos estreitavam seus laços comerciais e culturais. E essa aproximação partiu principalmente do lado norte-americano, receoso da influência dos regimes totalitários europeus – Germânico, Italiano e Soviético – no Brasil. Vargas hesitou durante um bom tempo em apoiar os Estados Unidos na guerra, ficando entre as forças do Eixo e os Aliados. No entanto, em 1942, o Brasil declarava guerra à Alemanha e à Itália, posicionando-se ao lado dos Aliados.¹²¹

Se durante a *Belle Époque* as áreas *chics* do Rio respiravam ares franceses na maneira de pensar, falar, vestir-se e comprar, a partir de então o modelo norte-americano de civilidade e progresso se consolidaria gradativamente no imaginário de futuro da elite carioca e a preocupação com o refinamento cedia lugar a certa praticidade e aos arranha-céus, o que também alimentou ainda mais a especulação

¹²⁰ *A vida noturna do Rio*. Jornal do Brasil. 07 de janeiro de 1941. p.6.

¹²¹ Ver CAPELATO, Maria Helena. *O Estado novo: o que trouxe de novo?* p.135. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

imobiliária, o acirramento da crise habitacional e implicou em mudanças de hábitos dos cariocas. Entre outros motivos,

Devido a este gigantismo sem método [o aumento demográfico] ao prestígio do cinema americano e às duas Grandes Guerras, a influência americana superou a francesa [...] O carioca passou a viver apertado e atarantado, a tomar café em pé, a comer em snack-bars, a se transportar comprimido como sardinha, a fazer fila para tudo, até para se divertir.¹²²

Sem dúvida, a *americanização* também era alvo de críticas, sobretudo em um período em que se buscava forjar símbolos culturais que fossem genuinamente nacionais e, nesse sentido, o Rio de Janeiro tinha um papel importante no que tange a projeção de um país culturalmente unificado. O samba, por exemplo, como o demonstra Hermano Vianna, alavancado pela propagação do rádio e das estações de rádio sediadas no Rio de Janeiro, era um item assaz interessante nessa estratégia. É assim que em 1940, após uma viagem aos Estados Unidos, a cantora Carmem Miranda voltaria ao Brasil sob vaias, acusada de ter se americanizado, após o que

Carmem se retirou para o camarim chorando, mas já buscando uma forma de responder às críticas da elite carioca.

A resposta se tornou pública poucas semanas depois daquele show, que foi cancelado logo após a estréia, quando Carmem lançou o samba *Disseram que voltei americanizada*. Essa música pode ser considerada profética, pois daí em diante o problema da ‘americanização’ vai se tornar cada vez mais central, não só para o debate sobre a ‘identidade brasileira’, como também para a crítica do ‘imperialismo cultural’ ou do ‘colonialismo cultural’ em todo o mundo.¹²³

No entanto, a influência norte-americana se propagava na sociedade carioca a despeito desse projeto de construção de símbolos nacionais e, principalmente através do cinema, fazia-se sentir até mesmo na valorização da boa forma, atribuída a prática de esportes.¹²⁴ Em reportagem da revista *Careta*, beleza e força física, no Rio de Janeiro, aparecem como resultados da estreita relação dos indivíduos com o mar e dos “segredos da vida moderna” difundidos pelo cinema americano.

¹²² Jornal do Brasil – 7 de abril de 1965.

¹²³ VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2002. p. 129.

¹²⁴ A prática esportiva também é notada no momento de modernização da sociedade paulista nos anos 20, como salienta Nicolau Sevcenko em seu livro *Orfeu Extático na Metrópole*.

As novas gerações brasileiras, pelo menos no Rio, são fortes, alegres e sadias.

Duas coisas concorrem sem dúvida para isso: o mar e o esporte, que são aliados nessa grande transformação orgânica. Convém não esquecer, também, a oportuna lição do cinema americano, que nos tem ensinado todos os segredos da vida moderna – os bons e os maus.¹²⁵

De toda forma, a questão do banho de mar e do passeio pela praia parecia ter caído de vez no gosto do carioca. As praias da Zona Sul, Copacabana à frente, ditavam o modo de vida do carioca moderno, cujo um dos ideais era a beleza do corpo atlético. Em prefácio ao livro de Gastão Cruls de 1949, Gilberto Freyre constatava: “raro é o corpo moreno de carioca moderno que não se forma correndo na praia, nadando e mergulhando no mar, desde novo avermelhando-se de sol em Copacabana, no Leme, em Ipanema”.¹²⁶

A praia era um lugar a partir do qual, mais do que um simples lugar para ver e ser visto, os indivíduos engendravam uma sociabilidade específica que, no entanto, acabava transbordando das areias para as ruas. Algumas crônicas de época relatam cenas dessa dinâmica cotidiana da cidade, aonde a fronteira entre praia e rua se diluía, gerando uma atmosfera de sensualidade e flerte entre os jovens. Era como se a cidade fosse apenas mera extensão da própria praia.

O sol está a pino.

Pelas calçadas fronteiras ao Palácio do Catete passaram três robustos homens, que vêm do banho de mar, no Flamengo.

Um grupo de meninas que saem, como um bando de pássaros álacres, de lindas plumagens, da Escola Amaro Cavalcanti, param, entre surpresas e escandalizadas, diante daqueles três atletas, com o dorso completamente nu, trazendo tão somente sobre o corpo, talvez como um preito de homenagem ao decoro público, um minúsculo calção de banho.¹²⁷

Contudo, os mesmos hábitos que eram descritos como “novos” e “modernos”, também poderiam ser encarados como sinais de uma cidade que ainda estava longe de ser civilizada, pelo menos do ponto de vista moral. De fato, a orla do Rio de Janeiro se assemelhava às praias européias: nela pululavam os *bars* e confeitarias, praticavam-se esportes que cultivavam o corpo e valorizavam a beleza física, que ganhava um contorno dourado pelo sol... Mas as vestimentas de banho e a postura do carioca causavam estranhamento. Não pelo que os

¹²⁵ *Careta*. 15 de fevereiro de 1941. p. 27.

¹²⁶ Gilberto Freyre no prefácio do livro CRULS. Op. Cit. p. 17.

sujeitos mostravam de seus corpos, ou escondiam, propriamente, mas justamente porque para eles parecia não haver diferença entre o dia e a noite, a praia e a cidade.

Assim, em muitos casos, quando essa sociabilidade que deveria estar restrita aos limites da praia extrapolava seus contornos, poderiam gerar incômodo e desconforto. Nesse sentido, o jornalista Otto Prazeres fazia uma longa análise através da qual concluía que esses hábitos seriam particularmente cariocas, não sendo observados em nenhuma outra grande cidade do mundo, muito menos nas européias, mesmo que fossem de praia.

Não há cidade alguma do mundo, não há vila alguma do globo, que ofereça o espetáculo deprimente que oferece o Rio de Janeiro com indivíduos seminus pelos pontos mais freqüentados e até mesmo em lugares *chics*

É verdade que em todos os países, em todas as praias, senhoras e homens abandonaram de há muito as antigas e amplas roupagens de banho para vestirem somente simples calções ou arrojados (o arrojo está na pequenez) ‘maillots’, porém esses trajes ligeiríssimos somente são vistos e consentidos em plena praia, no banho ou no local à margem desse banho. [...]

Note-se bem: não estou defendendo os antigos balandraus, nem investindo contra os ‘maillots’, por demais... crianças para corpos bem adultos. O que estranho é que semelhantes trajes sejam transformados em trajes de cidade, em trajes de hotel, em trajes de passeio, em trajes de clubes, em trajes de café e dos que deveriam ser os melhores freqüentados.

E isto não se vê em parte alguma do mundo civilizado...

O que incomodava o autor do artigo, portanto, não eram os trajes de banho em si mesmos, mas transformá-los em trajes de toda a cidade. O que causava estranhamento era o despojamento exagerado, esse querer se mostrar ou não sentir vontade de se esconder, inerente à maneira de estar na praia àquele tempo. Otto Prazeres, como que confessadamente pasmado, continua a demonstrar sua desaprovação a esse tipo de comportamento, observando que, até mesmo a noite, os trajes não estariam devidamente correspondentes às mais variadas ocasiões. Definitivamente, o Rio de Janeiro estaria longe, por esses e outros motivos, de ser uma cidade moderna e civilizada.

À noite, nos passeios, nos restaurantes, nos clubes, nos cafés, ninguém avista, como no Rio de Janeiro, gente em mangas de camisa, às vezes com uma tão grande falta de distinção, que se tem vontade de chamá-los para... Encomendar um carroto. [...]

¹²⁷ *Costumes Cariocas*. Jornal do Brasil. 08 de janeiro de 1941. p.6.

Passar pelas ruas e entrar nos cafés com os simples calções de banho é a mesma coisa que entrar no banho com camisa e colarinho, gravata, paletó e calças. Toda a questão não está em possuir o traje da moda, porque o principal reside em escolher o momento próprio ou adequado para usá-lo.¹²⁸

Em outro artigo, questão bastante semelhante era debatida chamando mesmo a atenção da prefeitura e da polícia para coibir tal desleixamento dos transeuntes. Aqui, porém, a crítica parece se agravar na medida em que dessa vez não se tratava de um socialmente igual, mas sim de um encarregado.

Os edifícios de apartamentos residenciais estão sujeitos a umas tantas exigências emanadas não só da Prefeitura, como da polícia.

Uma delas, por exemplo, diz respeito à indumentária dos indivíduos a cuja guarda ficam esses imóveis.

Todos nós sabemos, porém, a que extremos de inobservância atinge a determinação em apreço. Ainda há dias – para fixar um caso típico e desconcertante – vimos, a palitar os dentes, em mangas de camisa, sem colarinho, como se estivesse à porta de sua ‘tendinha’, o encarregado de um edifício de apartamentos localizado num dos nossos bairros mais elegantes.¹²⁹

Mesmo observando que o artigo carrega no tom discriminatório, observa-se que o inconveniente estava justamente na inadequação entre o ambiente e a maneira do sujeito se portar no mesmo. Assim, em um dos bairros mais elegantes da cidade, era inadmissível que um encarregado se comportasse “como se estivesse à porta de sua ‘tendinha’”.

Da mesma forma, os jornais estão plenos de artigos que criticam essa inadequação de hábitos de boa parcela da população da cidade, que parecia alheia àquela atmosfera pretensamente moderna e civilizada desejada pelos arautos da boa conduta e pelo poder público. Nossa preocupação aqui, todavia, é a de entender esses comportamentos e seus relatos em conformidade com as transformações de viés urbanístico pelas quais passaram a cidade durante a administração Dodsworth.

Richard Sennett, em sua análise da história das cidades através da maneira como cada sociedade percebia seu próprio corpo ao longo do tempo, diz que:

O objetivo de libertar o corpo da resistência associa-se ao medo do contato, evidente no desenho urbano moderno. Ao planejar uma via pública, por exemplo, os urbanistas frequentemente direcionam o fluxo de tráfego de forma a isolar uma comunidade

¹²⁸ *Sem Roupas* – Jornal do Brasil – 18 de janeiro de 1941. p. 6.

¹²⁹ *Nos edifícios e apartamentos residenciais* – Jornal do Brasil – 10 de janeiro de 1941. p.6.

residencial de uma área comercial, ou dirigi-lo através de bairros de moradia, separando zonas pobres e ricas, ou etnicamente diversas.¹³⁰

Se assim for, parece-nos que, no Rio de Janeiro, as intervenções feitas entre os anos de 1937 e 1945, por mais que fossem justificadas por um discurso urbanístico desejoso de apontar para uma modelação definitiva da cidade, completando de maneira exemplar e monumental as obras inauguradas no início do século XX na reforma de Pereira Passos, não chegaram a obter êxito em seus objetivos. Se, como vimos no capítulo anterior, a idéia de que através da urbanização planejada se poderia intervir e engendrar uma maior organização da sociedade e de seus movimentos acelerou uma fragmentação no espaço físico da cidade, esta idéia não estancou de todo a dinâmica da cidade que lhe era subjacente. Mais do que isso, essas queixas demonstram o quanto a arbitrariedade das intervenções superaram em muito o discurso moderno da urbanização. O resultado perverso dessa estratégia foi o acirramento das desigualdades sociais e a permanência de vários costumes que permaneciam alheios ao controle governamental e mesmo na contramão de suas intenções. No Rio de Janeiro, a tentativa de estancar o contato entre a população mais pobre e a classe média ou a elite fracassou e se reverteu em estranhamento que só podia ser resolvido à força. A exemplo do que aconteceu na Primeira República, foi à polícia que coube o papel de gerar a ordem e a civilidade na cidade.

A polícia está intensificando a campanha contra os vadios e os desocupados de acordo com as disposições do Código Penal. E essa campanha deve ser feita sem desfalecimentos, porque magníficos resultados advirão para a coletividade [...]

Outras visitas constantes devem ser feitas aos milhares de botequins que são vistos por toda a cidade, na sua maioria estabelecimentos onde se reúnem malandros de toda a espécie, em algazarra durante todo o dia e até altas horas da noite, com grandes incômodos para a vizinhança. As rixas são freqüentes e, em geral, de conseqüências graves.

Sabem todos ou todos vêem, desde que passem pelo local ou esperem um bonde ou ônibus no poste, que os tipos freqüentadores são sempre os mesmos, que ali permanecem, horas e horas, nas mesas, ouvindo rádio quando o há, fumando e bebendo, sem preocupação alguma pelo ganho da vida, com desprezo evidente pelo trabalho.¹³¹

¹³⁰ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.18.

¹³¹ *A repressão aos vadios*. Jornal do Brasil. 10 de julho de 1943. p.6.

Se os *bars* e *clubs* eram valorizados como estabelecimentos aonde se (re) produzia hábitos da vida modernos, símbolos e locais de sociabilidade de uma elite carioca que acompanhava as tendências dos novos modos identificados com o *american way of life*, os “milhares de botequins espalhados por toda a cidade” eram vistos como o que havia de mais anacrônico e socialmente condenável. E talvez só o fossem justamente por ainda insistirem em estar espalhados por toda a cidade, e não confinados em bairros distantes do subúrbio ou nas favelas.

Da mesma forma acontecia com a prática de esportes. A partir do momento em que alguns esportes coletivos, como o futebol, passaram a fazer parte do gosto popular e ocupar as ruas, eles se tornavam condenáveis como “um dos flagelos da cidade. Não há rua, não há praça, não há beco em que ele não seja praticado, não apenas por crianças, mas mesmo por latagões [sic] em ócio.”¹³²

O Rio de Janeiro mostrava suas contrariedades que, no fundo, eram constituintes da própria cidade que, conscientemente ou não, permaneceram em sua complexidade, a despeito das investidas governamentais sob o Estado Novo no sentido de fazer dela, mais uma vez, o espelho do país. Se a vida nas grandes cidades modernas pauta-se, de acordo com Georg Simmel, pela “intensificação da vida nervosa”, em que o profundo desequilíbrio entre a cultura subjetiva e a cultura objetiva ou, grosso modo, entre indivíduo e sociedade, gera uma atitude *blasé* ou de “reserva” no seu habitante, que funcionaria como uma espécie de escudo através do qual o indivíduo preservaria o que nele há de mais particular¹³³, o Rio de Janeiro se distanciava bastante dessa definição. Mesmo que admitamos sua fragmentação social, cultural e espacial, na urbe carioca o ajustamento entre o indivíduo e a sociedade era de outra ordem e a modernidade, entendida como autonomização do tempo histórico em direção a um *futuro-presente* que se acelera a si mesmo na indiferença com o passado, não se fazia sentir senão como conservadora e artificial.

¹³² *Coisas da cidade*. Jornal do Brasil – 3 de julho de 1943. p.6.

¹³³ SIMMEL, Georg. *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*

4.3.

“Como mulher petrificada”: a imagem feminina do Rio de Janeiro.

Comentando de maneira bem humorada o que considera na verdade um clichê, Ruy Castro acaba por concordar com a idéia de que as cidades podem ser masculinas ou femininas no que diz respeito a um certo *geist*, e não ao maior ou menor número de habitantes por gênero. Partindo desse princípio no mínimo curioso, o autor justifica seu argumento com exemplos:

Londres, Nova York e Tóquio, por exemplo, são cidades masculinas – graves, impessoais, sem fricotes. Já Paris, Roma e Rio são cidades femininas – românticas, volúveis, envolventes. [...]

As cidades masculinas vieram ao mundo a negócios, donde são mais ricas e poderosas. Um espirro de suas esquinas arrisca tirar o globo terrestre do eixo [...] Já nas cidades femininas, o tempo que se investe na busca do prazer as impede de produzir muito dinheiro – seus homens e mulheres passam horas sentados em cafés, flanando pelas ruas ou apenas esticados na areia. [...]

As cidades masculinas tendem a ser tensas e puritanas. As cidades femininas são relaxadas e libertárias.¹³⁴

De fato, identificar cidades como homens ou mulheres não constitui exatamente uma novidade. Em seu compreensivelmente muito citado livro *As Cidades Invisíveis*, Ítalo Calvino, por exemplo, batiza todas as cidades do vasto império de Kublai Khan com nomes femininos. Assim conhecemos *Dorotéia*, *Anastácia*, *Tamara*, *Zirma*, *Sofrônia*, *Esmeraldina* e tantas outras, através das minuciosas e surpreendentes descrições do viajante Marco Pólo, que as apreendia sempre em contraste com sua própria cidade, *Veneza*.¹³⁵

Nossa cidade frequentemente é narrada, descrita ou cantada como portadora de uma alma feminina e, mais do que isso, como uma mulher mesmo, capaz, por seus dotes físicos e sensualidade, encantar e seduzir os mais variados espíritos. *Cheia de encantos mil*, a cidade do Rio de Janeiro, e seus recantos, seria feminina porque guiada pelas emoções, pelo coração e não pela razão fria e calculista.

Deixando de lado apenas essa margem romântica de associação, lembremos que Simmel, de certa forma, também se arriscara nessa interpretação quando dizia, a respeito da capital da Inglaterra, que “no decurso de toda a história

¹³⁴ CASTRO, Ruy. *Carnaval no fogo: crônica de uma cidade excitante demais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 141-142.

inglesa, Londres nunca foi considerada o coração da Inglaterra, mas frequentemente seu entendimento e sempre sua bolsa!”.¹³⁵ Portanto, paixão e razão são associados, respectivamente, aos espíritos feminino e masculino, e também são colocados em oposição. A *passio* é desvio que perturba a paz proveniente da razão.

Talvez por isso, por fugir absolutamente ao entendimento, ou mesmo por negá-lo, o cronista Álvaro Moreyra abra seu livro intitulado justamente de *A Cidade Mulher* com a seguinte crônica, tão bem humorada quanto curta e simples:

- Mulher? Por quê? Não compreendo.

- Por isso mesmo...¹³⁷

O autor assim parece justificar, ao mesmo tempo, o título de sua obra e a impossibilidade de apreender racionalmente sua própria cidade, o Rio de Janeiro, naturalmente por ter essa alma feminina. A mulher é pra ser amada, não compreendida.

Já o poeta Vinícius de Moraes, amante confesso das mulheres e de seus mistérios assim como do Rio de Janeiro, concorda com Álvaro Moreyra quando fala da mulher carioca e de sua inalcançável razoabilidade: “E a maior felicidade é que ao carioca foi dado para amar, desamar, exaltar, trair e ser escravo um outro ser cuja graça é indefinível: a mulher carioca. A mulher carioca é...a mulher carioca. Que mais se pode dizer dela?”¹³⁸ E vai além quando transpõe a figura da mulher amada na própria cidade em uma bela imagem que é também uma sensual declaração de amor:

[...]

Ó bem-amada

Rio! Como mulher petrificada

Em nádegas e seios e joelhos

De rocha milenar, e verdejante

Púbis e axilas e os cabelos soltos

De clorofila fresca e perfumada!

¹³⁵ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³⁶ SIMMEL, Georg. Op. Cit. p. 579.

¹³⁷ MOREYRA, Álvaro. *A Cidade Mulher*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1991. p.13.

¹³⁸ MORAES, Vinícius de. *Roteiro Lírico e sentimental da cidade do Rio de Janeiro e outros lugares por onde passou e se encantou o poeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 40.

Eu te amo, mulher adormecida
Junto ao mar! Eu te amo em tua absoluta
Nudez ao sol e placidez ao luar. [...] ¹³⁹

Em todo o presente trabalho procuramos tratar a história do Rio de Janeiro levando em consideração seu papel de *cidade-capital*, mas também o seu valor como cidade apenas, assim como tentamos identificar a relação entre ambos os aspectos e em que medida aquela condição sufocava ou não a autonomia local. Nesse sentido, para tentarmos aproveitar o que essa metáfora tem a nos oferecer, propomos seu desdobramento da seguinte forma: se a imagem da cidade do Rio de Janeiro pode, e frequentemente o é, associada à imagem da mulher, também podemos pensar que o Rio de Janeiro como *cidade-capital* assumia a forma desejada e imposta pelo Distrito Federal, identificado justamente com seu contrário.

Em um primeiro momento, isso poderia nos levar a concluir, apressadamente, que o Distrito Federal estabeleceu uma relação a tal ponto dominadora e rígida com a cidade, que esta não teria conseguido construir espaços para dar vazão aos seus próprios desejos. Isso se comprovaria quando ele, em 1960, movido por razões que não nos cabe aqui questionar ou julgar, resolve morar com outra, Brasília. Muito embora sua insatisfação com o lar e suas dificuldades da vida cotidiana já tivessem se manifestado desde pelo menos a primeira Constituição republicana de 1891, ninguém, muito menos sua mulher, levava a sério uma mudança efetiva de ventos: cidade e Distrito Federal viviam um relacionamento tenso e movido, ao mesmo tempo, pela paixão.

A memória que, aparentemente, entrelaçava suas histórias, transformando-as em um *espaço de experiência* comum, era facilmente projetada em um *horizonte de expectativa* estático e previsível: a cidade preenchia de sentido o Distrito Federal ao passo que este, por seu turno, fazia dela a mais bela, moderna e atraente dentre todas as cidades brasileiras. Nesse sentido, à surpresa da ruptura, teria se seguido a sofreguidão causada pela ausência de todo amor que se vai, obrigando a cidade a reconstruir a memória de um passado feliz, embora desprovido de liberdade, e a experimentar as angústias de não saber que caminho

¹³⁹ IDEM, Ibidem. p. 44.

tomar diante de um *presente-futuro* que se apresentava como experiência nova e imprevisível. Mais do que isso, restaria ainda para ela lidar com a dor latente de ter sido deixada, tal como já sugerira José Honório Rodrigues: “O Rio é uma cidade que tem sido traída, sempre traída”.¹⁴⁰

Todavia, para irmos além dessa interpretação, propomos apronfundá-la, não para negá-la propriamente, mas para tentarmos perceber as nuances desse relacionamento e da personalidade dessa mulher. Para isso, é interessante pensar em que medida a cidade vestia inconscientemente a bela roupagem moderna de *cidade-capital*. Pois se esta só existia como forma, como artificialidade, ela também pode ser vista como maquiagem, um dos elementos formais mais caros a toda mulher. Pois, de acordo com Baudelaire, “a mulher está perfeitamente nos seus direitos e cumpre até uma espécie de dever esforçando-se em parecer mágica e sobrenatural; é preciso que desperte admiração e que fascine; ídolo, deve dourar-se para ser adorada”.¹⁴¹

Mas o que faria da mulher essa criatura tão incompreensível e enigmática aos olhos do homem, “esse ser terrível e incomunicável como Deus (com a diferença que o infinito não se comunica porque cegaria ou esmagaria o finito, enquanto o ser de que falamos só é incompreensível por nada ter a comunicar, talvez)”?¹⁴² Pensar nessa questão é pensar também nos motivos pelos quais tanto se associa o Rio à mulher.

Em *A Cultura Feminina*, Simmel nos lança uma reflexão a respeito das especificidades qualitativas da mulher em relação ao homem para argumentar que a cultura da humanidade é, sim, sexuada e masculina. E justifica seu argumento demonstrando como, na história, quase todos os elementos objetivos da nossa cultura haviam sido feitos por homens e para os homens. Dessa forma, o filósofo alemão concluía criticamente que uma verdadeira ampliação da participação feminina nas sociedades só poderia ser realizada caso as bases da cultura fossem modificadas, pois, diferentemente do homem,

Toda a profunda beleza da essência feminina, que lhe dá preeminência sobre o espírito masculino, cuja libertação e reconciliação ela simboliza, baseia-se nessa unidade, nessa solidariedade imediata, orgânica, entre a pessoa e cada uma de suas

¹⁴⁰ RODRIGUES, José Honório. Op. cit. pp. 123-124.

¹⁴¹ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 64.

¹⁴² IDEM, Ibidem. p.57.

manifestações, em suma, na ‘indivisibilidade’ do eu, que só conhece um ‘ou tudo, ou nada’.¹⁴³

Se concordamos com Simmel, o Rio de Janeiro poderia ser, sim, uma *cidade-mulher* na medida em que não se limitou apenas à função objetiva de ser Distrito Federal. E essa sua “indivisibilidade”, esse não saber lidar apenas objetivamente com o mundo, certamente causou dores de cabeça, quando não ciúmes, ao governo federal.

Assim, lembramos de algumas personagens femininas que tiveram o Rio de Janeiro como cenário de suas peripécias e seduções, que passaram por suas ruas como miragens a confundir os pobres homens que julgavam seduzi-las. Que mulher, afinal de contas, seria o Rio de Janeiro? Por seus mistérios e por sua indivisibilidade, sugerimos a famosa *Capitu* de Machado de Assis. Mulher que, vivendo no século XIX, até hoje deixa dúvidas quanto a sua conduta em relação ao marido, em uma história narrada por ele próprio, o *Dom Casmurro*. Guardadas as devidas proporções, mesmo que ela, a cidade, não o tenha traído (Distrito Federal), em uma interpretação cada vez mais recorrente, também é certo que sua vivacidade e sua dinâmica não estavam presos unicamente ao matrimônio. Pelo menos no caso da cidade do Rio de Janeiro, o fim do casamento talvez tenha representado não um triste fim, mas uma possibilidade de recomeço ou mesmo de uma nova interpretação para essa história. Se ela conseguir enxergar para além de uma possível traição e se livrar do peso dessa memória, vai perceber que, na verdade, pode continuar radiante utilizando-se apenas de sua própria maquiagem, leve e adequada a sua própria beleza.

¹⁴³ SIMMEL, Georg. *Cultura Feminina*. In: *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 73.

5 Conclusão

Com um olhar para o passado e outro para o futuro, Henrique Dodsworth buscou transformar a cidade à sua maneira e, assim, deixar sua marca na urbe carioca escrevendo sobre ela um texto que pudesse ser capaz de elevar sua figura ao panteão dos distintos prefeitos que empreenderam obras de vulto na cidade no sentido de promover sua modernização.

Não colocamos em dúvida sua sinceridade na crença em fazê-lo, nem a dos engenheiros da equipe da prefeitura. Essa questão não nos cabe aqui. Principalmente porque, como todo discurso que se pretende científico, o urbanismo, que vinha se difundindo no Brasil desde a segunda metade dos anos 20 e encontrou uma oportunidade privilegiada para seus experimentos sob a administração Dodsworth, acreditava trazer consigo o olhar definitivo sobre a cidade. Portanto, a intenção estava prenhe de anseio pela verdade, advinda da ilusão de neutralidade característica a todos os que acreditam nessa dimensão essencial da vida.

Entretanto, as estratégias políticas e as formas através das quais as obras foram operadas acabam por deixar transparecer outras intenções, essas muito mais retrógradas, diretamente relacionadas com o papel do Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal.

Ao fim e ao cabo, o período em que Henrique Dodsworth esteve à frente da prefeitura do Rio de Janeiro representou, na verdade, uma atitude unilateral do governo federal, principalmente durante o Estado Novo, ao intervir na dinâmica local com o intuito de afastar qualquer possibilidade de que o Distrito Federal ganhasse uma dinâmica que passasse ao largo de seu controle efetivo e sua tutela direta.

Isso fica bastante claro quando historicizamos o momento da escolha de Dodsworth para o cargo mais importante da municipalidade carioca. Àquela altura, pela primeira vez, os políticos locais alcançavam seu espaço sem depender totalmente da esfera nacional. É certo que o alargamento da base eleitoral,

promovida em 1932, assim como o aumento demográfico, provocou dificuldades para que os políticos hegemônicos localmente pudessem manter sob suas rédeas o controle da política municipal. Mas também é verdade que a fragmentação, característica da cultura política carioca, não impediu que, mesmo antes de Vargas, a defesa da autonomia político-administrativa do Rio de Janeiro fosse uma questão pertinente.

Apesar de sabermos que a breve experiência autonomista entre os anos de 1934 e 1936 não romperia de todo com a tutela do Estado sobre sua capital, a escolha de Henrique Dodsworth, que sempre se colocara em oposição ao *Partido Autonomista do Distrito Federal* e de seu principal líder, Pedro Ernesto, significou, do ponto de vista político, uma derrota para a cidade.

Nesse sentido, pelo novo prefeito operava-se uma dupla intervenção: à política seguia-se a urbanística. E, na verdade, uma era justificada pela outra. Preferimos a idéia de intervenção urbana à reforma, pois, como vimos, tanto o planejamento como as obras propriamente ditas foram feitos de maneira autoritária e imprimiram mudanças que, se eram necessárias por um lado, por outro acabaram por ir além e servir como um verdadeiro monumento ao controle governamental sobre a cidade capital. O maior exemplo dessa empreitada foi, sem dúvida, a Avenida Presidente Vargas.

Os efeitos foram muitos e diversos. Por um lado, funcionaram como uma espécie de catalisador da expansão da cidade em direção às Zonas Norte e Sul, ao subúrbio e às favelas, que, de acordo com Maurício de Almeida Abreu, viveram na década de 40 um aumento vertiginoso em tamanho e quantidade.¹⁴⁴ Essa expansão, por sua vez, foi experimentada, sobretudo por cronistas da época, como fragmentação espacial que, no limite, levava ao esfacelamento derradeiro da identidade da própria cidade. De tanto ter de representar o Brasil, o Rio não se reconhecia mais no espelho.

Coincidência ou não, a Constituição de 1937 foi a primeira, desde a Constituição de 1891, que sequer mencionava a transferência da capital para alguma outra região do Brasil seja lá como fosse. E, logo após o fim do Estado Novo, com a Constituição de 1946, essa questão ressurgiria e seria, enfim, posta em prática no final da década posterior com Juscelino Kubitschek. Em outras

palavras, o Estado Novo, representado no âmbito local por Henrique Dodsworth, reafirmava a condição única do Rio de Janeiro como Distrito Federal desprovido de autonomia.

Em suma, se encararmos a modernidade como uma dimensão específica do moderno, na qual a antecipação do futuro se dá através de uma experiência autônoma em relação ao passado, o que confere uma sensação de aceleração do tempo, podemos dizer que o que se aventou nesse período para a capital do país, continha em si mesmo sua própria negação, na medida em que era capitaneada pelo Estado e que seus conteúdos eram antigos e conservadores.

Restou à cidade lidar com esse peso a partir das brechas que lhe eram concedidas e reconstruir posteriormente esse período através da memória, o que implica, naturalmente, em seu ambíguo jogo de lembrar e esquecer, e esperar pela próxima oportunidade de tecer novas possibilidades de futuro.

¹⁴⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

6

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.
- BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix. S.d.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Ruy. *Carnaval no fogo: crônica de uma cidade excitante demais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. *O Estado novo: o que trouxe de novo?* In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- COSTA, Nelson. *Rio de Ontem e de Hoje*. Coleção Estácio de Sá. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- DODSWORTH, Henrique. *A Avenida Presidente Vargas: aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização*. Rio de Janeiro, 1955.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FREIRE, Américo, MOTTA, Marly e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política Carioca em Quatro Tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. São Paulo: Papirus, 2006.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a Ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990.
- MICELI, Sérgio. *A política cultural*. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- MORAES, Vinícius de. *Roteiro Lírico e sentimental da cidade do Rio de Janeiro e outros lugares por onde passou e se encantou o poeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MOREYRA, Álvaro. *A Cidade Mulher*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1991.
- MOTTA, Marly Silva da. "Que será do Rio?" – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo, Vol. 4, 1997.
- _____. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- _____. O "Hércules da Prefeitura" e o "demolidor do Castelo": o executivo municipal como gestor da política urbana da Cidade do Rio de Janeiro. In: LIPPI, Lúcia (org) *Cidade: história e desafios* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. InMAST (org). Rio de Janeiro: MAST, 1991.

_____. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil Republicano. Vol 1: O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n3, 1989.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REBELO, Marques. *A expansão na pára*. In: REBELO, Marques. *Coleção Melhores Contos*. Seleção e prefácio Renato Cordeiro Gomes. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Fúria Urbanística*. In: REBELO, Marques. *Coleção Melhores Contos*. Seleção e prefácio Renato Cordeiro Gomes. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Guia Antiturstico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Desiderata: Batel, 2007.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1977.

RESENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro*. In: LIPPI, Lúcia (org.) *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Urbanismo: Olhando a cidade, agindo na sociedade*. In: PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em Algum Lugar do Passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.
- _____. *João do Rio. A cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SARMENTO, Carlos Eduardo B. *A Arquitetura do Impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930*. In: *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo: sociedade e cultura nos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os Transportes Coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- SIMMEL, Georg. *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

_____. *Cultura Feminina*. In: *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Questões fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social I*. 5. ed. - Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

_____. *Memória, Identidade e Projeto*. In: *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2002.

DOCUMENTAÇÃO

Boletim da Prefeitura. Out/dez. 1940.

Revista Careta – 1937.

Correio da Manhã – 1937.

Jornal do Brasil. 1937 -1945.

_____. 7 de abril de 1965.

Revista Municipal de Engenharia. Abril de 1944

Revista Municipal de Engenharia. Jul/out de 1944.

Revista Municipal de Arquitetura. Janeiro de 1945.

Rio Ilustrado, 1983. Edição de aniversário

_____. Set/1940.

_____. Jun/1941.

Jornal do Comércio, 1955.